



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2024 - SRP

(Processo Administrativo nº 2024020798)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Morrinhos através do seu **Fundo Municipal de Saúde**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob o nº 11.870.726/0001-00, situada na Rua 214, SN, Praça Nego Romano, Setor Aeroporto, na cidade Morrinhos - GO, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 495, de 16 de maio de 2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para **AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES** para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

1.3 MODO DE DISPUTA: ABERTO

1.4 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/12/2024 às 08:30 h até 13/01/2025 às 08:29 h.

1.5 ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 13/01/2025 às 08:30 horas.

1.6 REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

1.7 LOCAL: Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC: www.bnc.org.br “Acesso Identificado”

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como as eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 O edital está disponível para retirada no site da Prefeitura Municipal de Morrinhos, nos endereços eletrônicos www.morrinhos.go.gov.br, www.bnc.org.br e junto à Gerência de Licitações, na Rua Senador Hermenegildo, 160 – Centro – Morrinhos, Goiás, de segunda a sexta-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

feira, das 07h30 às 17h00, pelo Telefone (64) 3417-2170 e e-mail: licitacaomhos@morrinhos.go.gov.br.

3.2 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que preencherem as condições de credenciamento exigidas neste Edital.

4.2 Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas, do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado conforme descrito no Termo de Referência (ANEXO I), que preencham as condições exigidas neste edital e que apresentarem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras.

4.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7 Não poderão disputar esta licitação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

-
- 4.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.7.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.7.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.7.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.7.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.7.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.7.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.7.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.8 O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

4.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 03 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11 O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.13 A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, 38XIII, da Constituição;

5.4.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 0 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

5.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário do item;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

6.1.2 Marca;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no termo de referência;

6.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*, caso necessário poderá sofrer alterações.

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

7.19.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2.2 empresas brasileiras;

7.19.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1 Contiver vícios insanáveis;

8.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- 8.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.7.1 A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.7.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.9 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.10 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.11 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.12 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.13 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.

9.1.1 Deverá o licitante vencedor, conforme art. 39, §2º e §5º da IN nº 73/2022 anexar a documentação de habilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, após a solicitação do pregoeiro, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, nas situações elencadas no §3º do art. 29 da referida instrução normativa.

9.1.2. Para consulta ao CNPJ:

a) Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO (<https://www.tcm.go.gov.br/site/tcm-em-acao/impedidos-de-licitar-ou-contratar/>);

b) Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO (<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/outros/fornecedores-impedidos>);

c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

9.1.3. Para consulta ao CPF:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União:
<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Ccnpj%2Cnome%2CufSancionado%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao&cpfCnpj=31381773000199&ordenarPor=nome&direcao=asc>

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça:
(https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form);

c) Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM-GO: (<https://www.tcm.go.gov.br/site/tcm-em-acao/impedidos-de-licitar-ou-contratar/>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3.1. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.5.1. Para fins de habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na entidade competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, constando, em ambos os casos, documento com a última alteração social, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, constando documento com a última alteração social; ou,
- d) Os Microempreendedores Individuais deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

9.5.1.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5.2. Para fins de habilitação Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ/MF);



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame licitatório;
- c) Certificado de regularidade do FGTS-CRF;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida da União expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativa à sede ou domicílio do licitante.

9.5.3. Para fins de habilitação Econômico Financeira:

9.5.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.5.3.1.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.5.3.2. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

para fins de habilitação comprovação que possui capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor total do objeto do presente certame.

9.5.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.5.3.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.5.3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil.

9.5.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5.3.7 Conforme o Art. 3º do Decreto nº. 8.538/2015, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte ficam dispensadas da apresentação do balanço patrimonial do último exercício social, quando o objeto do edital, for o fornecimento de bens para pronta entrega.

9.5.3.8 Conforme artigo 8º § 3º, do Decreto 8.538/2015, se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.5.4. Para fins de qualificação técnica:

a) os documentos para habilitação técnica são os que constam no item 06 do termo de referência, anexo I do edital.

9.6. Regras aplicáveis à habilitação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

9.6.1. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6.1.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.6.1.2. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou a revogação da licitação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.6.1.3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.7. Considerações sobre os documentos apresentados para habilitação:

9.7.1. Os documentos necessários à habilitação da proponente que forem anexados no portal de licitações BNC - deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

9.7.1.1. O Pregoeiro(a) reserva-se ao direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento. Os documentos solicitados deverão ser anexados no campo “Documentos complementares pós disputa”, no sistema da BNC, para conferência do Pregoeiro(a).

9.7.2. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.7.3. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.7.4. As certidões, atestados e outros documentos comprobatórios devem ser emitidos pelas autoridades e órgãos competentes e estar dentro do prazo de validade até a data prevista para abertura das propostas, indicada no preâmbulo deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

9.7.4.1. Caso os documentos para habilitação não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua emissão.

9.7.5. É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente.

9.7.6. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial que vai fornecer o produto, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

9.7.7. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

10.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.5.1 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.6 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.2 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.3 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.4 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.5 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.7.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.7.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 495/24.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

11.8 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.8.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.8.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.bnc.org.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5 fraudar a licitação

13.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

13.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

13.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

13.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo BNC, e pelo e-mail: licitacaomhos@morrinhos.go.gov.br ou protocolado no setor de protocolo da Prefeitura.

14.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP – M (Índice Geral de Preços do Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.morrinhos.go.gov.br e www.bnc.org.br.

16. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

16.1 ANEXO I - Termo de Referência;

16.2 ANEXO I -A – Estudo Técnico Preliminar;

16.3 ANEXO II – Termo de Adesão ao Sistema de Pregão Eletrônico (BNC);

16.4 ANEXO III – Custo Pela Utilização do Sistema (BNC);

16.5 ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;

16.6 ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.6.1 ANEXO V-A – Cadastro Reserva;

16.7 ANEXO VI – Declaração Conjunta de Responsabilidade;

16.8 ANEXO VII – Modelo de Proposta;

16.9 ANEXO VIII – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

16.10 ANEXO IX – Modelo de dados para assinatura do contrato.

*SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de dezembro de
2024.*

PAULO GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº27/2024

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de **leites especiais e suplementos alimentares** que serão utilizados na manutenção do Hospital Municipal de Saúde e distribuição gratuita na Farmácia Básica por um período de **12 (doze) meses**, conforme especificações e quantidades determinadas no quadro demonstrativo abaixo:

ITEM	CÓDIGO DO PRODATA	QTDE	MEDIDA	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	23424	500	LATA	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA ISENTA DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES DE IDADE. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: ISOMIL, APTAMIL SOJA E NAN SOY	R\$ 70,76	R\$35.380,00
2	23431	500	LATA	FÓRMULA INFANTIL ANTI-REGURGITAÇÃO E/OU ANTI-REFLUXO GASTROESOFÁGICO. PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ 12 MESES. ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: APTAMIL AR, ENFAMIL AR E NAN AR	R\$57,06	R\$28.531,65
3	23434	400	LATA	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, ISENTA DE LACTOSE PARA CRIANÇAS A PARTIR DO NASCIMENTO. FÓRMULA A BASE DE PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, POLIMÉRICA, FONTE DE CARBOIDRATOS 100%	R\$77,35	R\$30.942,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				MALTODEXTRINA. ISENTO DE GLÚTEN. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: NAN SL		
4	23435	1.000	LATA	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA COM 100% DE PROTEÍNAS EXTENSAMENTE HIDROLISADAS DO SORO DO LEITE OU CASEÍNA, COM ÓLEOS VEGETAIS E NUTRICIONALMENTE COMPLETA. ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. COM 0.6 KCAL/ML, PARA CRIANÇAS DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: PREGOMIM PEPTI	R\$155,94	R\$155.945,00
5	138410	500	LATA	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA COM 100% DE PROTEÍNAS EXTENSAMENTE HIDROLISADAS DO SORO DO LEITE OU CASEÍNA, COM ÓLEOS VEGETAIS E NUTRICIONALMENTE COMPLETA COM 1 KCAL/M. ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. PARA CRIANÇAS DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: PREGOMIM PLUS	R\$154,46	R\$77.232,50
6	23441	500	LATA	NEOCATE LCP (MANDADO JUDICIAL) FÓRMULA INFANTIL COM 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES COMO FONTE PROTEICA, COM ÓLEOS VEGETAIS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM 0,6	R\$290,12	R\$145.061,65



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				KCAL/ML E ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, GALACTOSE E INGREDIENTES DE ORIGEM ANIMAL. PARA CRIANÇAS DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. Paciente: H.R.S Processo nº 2024005669990 (MANDADO JUDICIAL NEOCATE LCP)		
7	23442	500	LATA	FÓRMULA INFANTIL COM 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES COMO FONTE PROTEICA, COM 100% DE ÓLEOS VEGETIAS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA COM 1.0 KCAL/ML. ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, GALACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS. SEM SABOR. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA NEOADVANCE	R\$281,99	R\$140.955,00
8	118428	500	LATA	NEOFORTE (MANDADO JUDICIAL) FÓRMULA INFANTIL ELEMENTAR COM 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES COMO FONTE PROTEICA, COM 100% DE ÓLEOS VEGETIAS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM 1.27 KCAL/ML. COM FIBRAS, ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN. PARA CRIANÇAS DE 3 ATÉ 10 ANOS. SABORES VARIADOS. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. Paciente: J.A.C Processo nº 2024003722345	R\$ 200,53	R\$100.267,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				(MANDADO JUDICIAL NEOFORTE)		
9	118429	150	LATA	MISTURA HIPERCALÓRICA COM 1,7 KCAL/ML, A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES, NÃO ALERGÊNICA PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE PROTEÍNAS ÍNTEGRAS E HIDROLISADAS. COM INDICAÇÃO PARA INTRODUÇÃO DE ALIMENTOS SÓLIDOS PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 06 MESES, LATA 400G. REFERÊNCIA: NEO SPOON	R\$264,36	R\$39.654,00
10	137658	1.000	LATA	FORTINI PLUS (MANDADO JUDICIAL) FÓRMULA INFANTIL DE NUTRIÇÃO ORAL/ENTERAL, EM PÓ, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML), NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ISENTA DE FIBRA E GLÚTEN. PARA CRIANÇAS DE 3 A 10 ANOS. SABORES VARIADOS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G. Paciente: H.V.P.C Processo nº 202300217387 (MANDADO JUDICIAL FORTINI PLUS)	R\$ 84,34	R\$84.340,00
11	118427	1.000	LATA	FÓRMULA INFANTIL DE NUTRIÇÃO ORAL/ENTERAL, EM PÓ, HIPERCALÓRICA (1.0 KCAL/ML), NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM FIBRAS, ARA, DHA E PREBIÓTICOS. ISENTA DE GLÚTEN. SEM SABOR. PARA CRIANÇAS DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G.	R\$ 156,92	R\$ 156.925,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				REFERÊNCIA: INFATRINI		
12	23426	800	LATA	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ O 6º MÊS DE VIDA, POLIMÉRICA, COM LACTOSE, PREBIÓTICOS E ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM COM 800G. REFERÊNCIA: NAN 1, NESTOGENO 1 E APTAMIL 1	R\$ 101,80	R\$ 81.440,00
13	23428	900	LATA	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES A PARTIR DO 6º MÊS DE VIDA ATÉ O 12º MÊS, POLIMÉRICA, COM LACTOSE, PREBIÓTICOS E ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM COM 800G. REFERÊNCIA: NAN 2, NESTOGENO 2 E APTAMIL 2	R\$ 90,80	R\$81.725,94
14	23430	900	LATA	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA (1-3 ANOS), POLIMÉRICA, COM LACTOSE, AUMENTADO CONTEÚDO DE FERRO, ALTO CONTEÚDO DE VITAMINA D E ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM COM 800G. REFERÊNCIA: NESTONUTRI, NAN CONFOR	R\$ 54,30	48.870,00
15	138412	400	LATA	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA (1-3 ANOS), POLIMÉRICA, COM LACTOSE, PREBIÓTICOS, AUMENTADO CONTEÚDO DE FERRO, ALTO CONTEÚDO DE VITAMINA D E ISENTA	R\$ 97,61	R\$ 39.044,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				DE GLÚTEN. COM ARA E DHA. EMBALAGEM COM 800G. Paciente: A.B.M Processo nº 202300387267 (MANDADO JUDICIAL NANLAC SUPREME 1+)		
16	23487	800	LATA	FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NURIÇÃO ENTERAL/ORAL EM PÓ, PARA CRIANÇAS DE 1-10 ANOS DE IDADE, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM DILUIÇÃO PADRÃO DE 1 KCAL/ML, ISENTA DE FIBRAS, LACTOSE E GLÚTEN. SABOR BAUNILHA. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: NUTREN JÚNIOR	R\$ 68,88	R\$ 55.104,00
17	134647	800	LATA	SUPLEMENTO EM PÓ PARA ADULTOS, HIPERPROTEICO, QUE PERMITA DILUIÇÃO NORMOCALÓRICA E HIPERCALÓRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN. SEM SABOR. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA DE NO MÍNIMO 370G. REFERÊNCIA: NUTREN SENIOR SEM LACTOSE, NUTRIDRINK PROTEIN.	R\$ 144,99	R\$ 115.998,40
18	118424	800	LATA	SUPLEMENTO EM PÓ PARA ADULTOS, A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, NORMOPROTEICA, QUE PERMITA DILUIÇÃO NORMOCALÓRICA E HIPERCALÓRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, SEM ADIÇÃO DE SACAROSE, SEM FIBRAS, ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. SABOR BAUNILHA. EMBALAGEM HERMETICAMENTE	R\$ 76,50	R\$ 61.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				FECHADA COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: NUTRISON SOYA, NUTRO PREMIUM SOY.		
19	134653	450	LATA	FÓRMULA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL EM PÓ, PARA ADULTOS, NORMOPROTEICA, QUE PERMITA DILUIÇÃO NORMOCALÓRICA E HIPERCALÓRICA, NUTRICIONAMENTE COMPLETA E COM BAIXO TEOR DE GORDURAS SATURADAS, ISENTA DE FIBRAS E GLÚTEN. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA DE NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: TROPHIC BASIC ENTERAL.	R\$ 170,88	R\$ 76.898,25
20	135107	750	LATA	SUPLEMENTO EM PÓ PARA PESSOA COM DIABETES, COM CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO, PARA AUXILIAR NO CONTROLE DA GLICEMIA. HIPERPROTEICO, ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA COM NO MÍNIMO 370G. REFERÊNCIA: GLUCERNA, SUSTAP DIABETES E DIAMAXIG	R\$ 97,48	R\$ 73.110,00
21	134580	750	UNIDADE	SUPLEMENTO LÍQUIDO ORAL PARA PESSOA COM DIABETES, NORMOCALÓRICO (1,0 KCAL/ML), HIPERPROTEICO, ENRIQUECIDO COM FIBRAS, COM CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO E BAIXO ÍNDICE GLICÊMICO. COM WHEY DE FONTE PROTEICA E ÔMEGA 3 COMO FONTE DE GORDURA. ISENTO	R\$ 18,30	R\$ 13.725,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				DE FRUTOSE, SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. FÓRMULA NUTRICIONALMENTE COMPLETA, DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA O CONTROLE DA GLICEMIA. EMBALAGEM DE 200ML, COM SABORES VARIADOS REFERÊNCIA: DIAMAXIG, GLUCERNA		
22	134643	1000	UNIDADE	FORMULA PADRÃO PARA USO ENTERAL/ORAL, LÍQUIDA, POLIMÉRICA, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML), NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM 100% PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA E BAIXO TEOR DE GORDURAS SATURADAS. ISENTA GLÚTEN, LACTOSE E FIBRA.SEM ADIÇÃO DE SACAROSE. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA (TETRA SQUARE) EM SISTEMA ABERTO. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE 1000 ML. REFERÊNCIA: TROPIC SOYA 1.5	R\$ 31,45	R\$ 31.450,00
23	134645	1000	UNIDADES	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL. LÍQUIDA, POLIMÉRICA, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML), NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM MIX DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS, ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA (TETRA SQUARE) EM SISTEMA ABERTO. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE 1000 ML.	R\$ 43,81	R\$ 43.810,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				REFERÊNCIA: ISOSOURCE 1.5 E NUTRISON ENERGY MULTIFIBER.		
24	134647	500	UNIDADE	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL. LÍQUIDA, POLIMÉRICA, NORMOCALÓRICA (1.2 KCAL/ML), NORMOPROTEICA, 100% PROTEÍNA DE SOJA, NORMOPROTEICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ISENTA GLÚTEN, SACAROSE E LACTOSE. SEM FIBRA. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA (TETRA SQUARE) EM SISTEMA ABERTO. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE 1000 ML. REFERÊNCIA: ISOSOURCE SOYA, NUTRI ENTERL SOYA	R\$ 48,54	R\$ 24.273,75
25	134654	250	UNIDADE	DIETA PARA PACIENTE RENAL EM DIÁLISE, FÓRMULA MODIFICADA ORAL/ENTERAL LÍQUIDA, HIPERCALÓRICO (1.5 ou 2.0 KCAL/ML), HIPERLIPÍDICO, SEM ADIÇÃO DE SACAROSE, ISENTO DE LACTOSE. SABOR BAUNILHA. SISTEMA ABERTO 200ML. REFERÊNCIA: NOVASOURCE REN, NUTRI RENAL 2.0 BAUNILHA	R\$ 27,49	R\$ 6.873,32
26	134659	250	UNIDADE	DIETA PARA PACIENTE RENAL SEM DIÁLISE, FÓRMULA MODIFICADA ORAL/ENTERAL LÍQUIDA, HIPERCALÓRICO (2.0 KCAL/ML), HIPOPROTEICO, COM BAIXO TEOR DE GLÚTEN. ESPECÍFICO	R\$ 60,69	R\$ 15.172,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				PARA PACIENTES COM FUNÇÃO RENAL COMPROMETIDA SEM TRATAMENTO DIALÍTICO. SISTEMA ABERTO 200ML. REFERÊNCIA: NUTRI R 2.0		
27	23491	200	UNIDADE	EMULSÃO LIPÍDICA PARA AUMENTO DO APORTE CALÓRICO. COMPOSTA ÓLEOS VEGETAIS DE ALTO TEOR OLÉICO. FONTE ENERGÉTICA COM ELEVADA DENSIDADE CALÓRICA (4 - 5 KCAL/ML) PRONTA PARA O USO. ISENTO DE GLÚTEN, LACTOSE, SACAROSE E FRUTOSE. COM OU SEM SABOR. SISTEMA ABERTO, CONTENDO NO MÍNIMO 120ML. REFERÊNCIA: CALOGEN, FRSUBIN 5 KCAL SHOT	R\$ 25,61	R\$ 5.122,00
28	134649	200	UNIDADE	SUPLEMENTAÇÃO NUTRICIONAL ORAL HIPERCALÓRICA E HIPERPROTEICA COM CONSISTÊNCIA PASTOSA. REFERÊNCIA: FRESUBIN 2 KCAL CREMÉ - FRESENIUS KABI	R\$ 61,82	R\$ 12.365,32
29	129257	1000	BOLSA / FRASCO	FRESUBIN ORIGINAL FIBRE (MANDADO JUDICIAL) FÓRMULA PADRÃO PARA USO ENTERAL, NORMOCALÓRICA (1.0 KCAL/ML) E NORMOPROTEICA. SEM GLÚTEN, CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE, COM ÔMEGA-3 E FIBRAS. SISTEMA FECHADO, COM FRACIONADOR DE CONEXÃO, 1000 ML. Paciente: G.G.S, Processo nº. 2023000657	R\$ 70,41	R\$ 70.410,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				(MANDADO JUDICIAL FRESUBIN ORIGINAL FIBRE)		
30	134642	500	UNIDADE	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL. LÍQUIDA, POLIMÉRICA, NORMOCALÓRICA (1.2 KCAL/ML), NORMOPROTEICA, 100% PROTEÍNA DE SOJA, NORMOPROTEICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ISENTA GLÚTEN, SACAROSE E LACTOSE. COM MIX DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA (TETRA SQUARE) EM SISTEMA ABERTO. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE 1000 ML. REFERÊNCIA: ISOSOURCE SOYAFIBER, TROPHIC FIBER	R\$ 58,57	R\$ 29.287,50
31	134580	1.000	UNIDADE	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL LÍQUIDA, ESPECÍFICA PARA PACIENTES COM DIABETES, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM CARBOIDRATOS DE BAIXO ÍNDICE GLICÊMICO, ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN. COM FIBRAS. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA (TETRA SQUARE) EM SISTEMA ABERTO. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE 1000 ML. REFERÊNCIA: DIAMAXIG E NOVASOURCE GC.	R\$ 62,26	R\$ 62.265,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

32	129261	800	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ENTERAL NORMOCALÓRICA (1.2 KCAL/ML) E HIPERPROTEICA (PELO MENOS 20 % DE PROTEÍNAS). SEM GLÚTEN, CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE, COM ÔMEGA-3 E FIBRAS. SISTEMA FECHADO, COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 1000 ML. REFERÊNCIA: FRESUBIN HP 1.2 FIBRE SISTEMA FECHADO.	R\$ 39,87	R\$ 31.896,00
33	129278	550	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ENTERAL, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML) E HIPERPROTEICA (PELO MENOS 20 % DE PROTEÍNAS). SEM GLÚTEN, CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE E COM OU SEM FIBRAS. SISTEMA FECHADO, COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 1000 ML. REFERÊNCIA: FRESUBIN HP ENERGY FIBRE, NOVASOURCE HI PROTEIN, IMPACT 1.5.	R\$ 149,88	R\$ 82.434,00
34	129281	1000	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ENTERAL, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML) E NORMOPROTEICA. SEM GLÚTEN, CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE E COM FIBRAS. SISTEMA FECHADO COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 1000ML. REFERÊNCIA: ISOSOURCE 1.5	R\$ 80,46	R\$ 80.466,60
35	129283	1.000	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL LÍQUIDA, ESPECÍFICA PARA PACIENTES COM NECESSIDADE DE CONTROLE GLICÊMICO,	R\$ 106,88	R\$ 106.883,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML) COM CARBOIDRATOS DE BAIXO ÍNDICE GLICÊMICO, ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN. COM FIBRAS. SISTEMA FECHADO COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 1000ML. REFERÊNCIA: NOVASOURCE GC, NUTRISON ADVANCED DIASON		
36	134667	1.000	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ENTERAL, HIPERCALÓRICA (2.0 KCAL/ML) E HIPERPROTEICA, SEM GLÚTEN, SEM FIBRAS E CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE. SISTEMA FECHADO COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 500ML. REFERÊNCIA: FRESUBIN 2 KCAL HP	R\$ 86,55	R\$ 86.550,00
37	138413	800	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ENTERAL, HIPERCALÓRICA (2.0 KCAL/ML) E HIPERPROTEICA, SEM GLÚTEN, COM FIBRAS E CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE. SISTEMA FECHADO COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 500ML. REFERÊNCIA: FRESBIN 2 KCAL HP FIBRE	R\$ 53,59	R\$ 42.876,00
38	115260	200	LATA	MÓDULO DE CARBOIDRATO, DE FÁCIL SOLUBILIDADE. SABOR NETURO. ISENTO DE NUTRIENTES, GLÚTEN, SACAROSE, LACTOSE. LATA DE NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: CARBOFOR, NUTRI DEXTRIN	R\$ 56,13	R\$ 11.226,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

39	23437	150	LATA	ESPESSANTE ALIMENTAR A BASE DE GOMAS PARA ESPESSAMENTO INSTANTÂNEO CLARIFICADO DE ALIMENTOS E BEBIDAS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 100G. REFERÊNCIA: NUTILIS, SUSTAP CLEAR E CONDENSE.	R\$ 81,36	R\$ 12.205,12
40	134656	150	LATA	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS, UTILIZADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU VIA ORAL, CONSTITUINDO-SE DE MIX DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS. LATA 300G REFERÊNCIA: MIX FIBER	R\$ 110,74	R\$ 16.611,00
41	134657	200	LATA	MÓDULO DE GLUTAMINA. FÓRMULA, UTILIZADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU VIA ORAL, CONSTITUINDO-SE DE 100% L-GLUTAMINA, 300G. REFERÊNCIA: L-GLUTAMINA DYNLIFE.	R\$ 68,69	R\$ 13.738,00
42	138414	1000	UNIDADE	MIX DE ENZIMAS DIGESTIVAS INDICADAS PARA AUXILIAR NO PROCESSO DE DIGESTÃO DE ALIMENTOS, SACHÊ COM NO MÍNIMO 3G. REFERÊNCIA: ENZYFOR	R\$ 6,83	R\$ 6.836,60
43	129290	1000	SACOS	MÓDULO DE PROBIÓTICOS. SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA ADULTOS E CRIANÇAS MAIORES DE 3 ANOS COMPOSTO POR MICRORGANISMOS VIVOS CONTENDO DE 4 A 6 CEPAS PROBIÓTICAS COM NO MÍNIMO 109 UFC DE CADA CEPA EM SACHE DE ATÉ 2 GRAMAS. REFERÊNCIA: SIMFORT	R\$ 5,49	R\$ 5.490,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

44	129280	250	UNIDADE	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ORAL/ENTERAL, LÍQUIDA, HIPERCALÓRICA, HIPERPROTEICA, ESPECÍFICA PARA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS POR PRESSÃO, COM ARGININA, ALTO TEOR DE ZINCO, SELÊNIO, VITAMINAS A, E e C. SISTEMA ABERTO 200 ML. REFERÊNCIA: CUBITAN, PROLINE	R\$ 27,07	R\$ 6.767,50
45	134663	300	LATA	MÓDULO DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO, 100% PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, PARA SUPLEMENTAÇÃO ORAL/ENTERAL SEM SABOR. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: NUTREN JUST PROTEIN, FRESUBIN PROTEIN, PROTEIN PT WHEY.	R\$ 145,40	R\$ 43.620,00
46	138415	500	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA PADRÃO PARA USO ENTERAL, NORMOCALÓRICA E NORMOPROTEICA, COK ÔMEGA 3. SEM GLÚTEN, SEM FIBRAS E CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE. SISTEMA FECHADO COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 500ML. REFERÊNCIA: FRESBIN ORIGINAL	R\$ 179,74	R\$ 89.872,50

1.2. Valor total estimado R\$ 2.580.891,91 (Dois milhões, quinhentos e oitenta mil, oitocentos e noventa e um reais e noventa e um centavos)

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A contratação objeto deste Termo de Referência será fundamentada com base na Lei nº. 14.133/21, bem como na Lei Complementar 123 de 14.12.06 no tocante à participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP); Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, com suas modificações posteriores, e no Decreto Federal nº 11.462/2023.

3. JUSTIFICATIVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

3.1. A aquisição de **leites especiais e suplementos alimentares**, através da realização de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, acima elencados se destina a suprir o consumo e manutenção dos programas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde. A necessidade de realização do certame ocorre em decorrência de que esta Secretaria não dispõe de almoxarifado e nem faz estoque de produtos por longo prazo. No procedimento licitatório deverá ser levada em consideração, em todos os termos, também os itens, natureza, economicidade e a finalidade dos produtos a serem adquiridos.

3.2. Por se tratar de aquisição de bens de natureza comum, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o certame licitatório será realizado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, em conformidade com a lei mencionada. Será realizada a presente licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visto que os itens são enquadrados na classificação de bens comuns, pois utilizados comumente por pacientes assistidos nas unidades de saúde e podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais praticadas no mercado, moldando-se ao disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02.

3.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços, haja vista que a contratação de insumos/medicamentos requer a realização de contratações frequentes, com entrega mediante apresentação de notas de empenho, emitidas conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, naturalmente variável. Desse modo, o registro de preços é a forma mais eficiente de licitar tais objetos, uma vez que permite a efetivação de contratações de acordo com as necessidades do momento, sem vincular-se a quantitativos e prazos previamente definidos. Para estabelecer o quantitativo de cada item foram tomadas as médias históricas de demanda para realização de uma compra mais eficiente, capaz de proporcionar solução relacionada à garantia de continuidade de abastecimento, atualmente providos por instrumento contratual que se encerrará em curto prazo.

3.4. Quanto as mães portadoras do vírus HIV, há contraindicação clínica, explícita na literatura, em amamentar os filhos. As mães são vinculadas ao serviço das UBS, onde recebem acompanhamento e cuidados relativos à condição clínica e concomitantemente fórmula alimentar infantil industrializada para garantir segurança a essas crianças verticalmente expostas ao HIV e ou HTLV. Observados os procedimentos dispostos na legislação vigente, para financiamento das ações de custeio de vigilância, prevenção e controle das IST/aids e Hepatites Virais, incluindo-se o apoio às organizações da sociedade civil e a manutenção de Casas de Apoio para Pessoas Vivendo com HIV/ aids e a aquisição de fórmula infantil para crianças verticalmente expostas ao HIV e/ou HTLV”.

3.5. O presente termo também prevê aquisição de fórmulas alimentares para crianças portadoras de Alergia a Proteína do Leite de Vaca. As crianças de 0-24 meses são acompanhadas no UBS, Hospital Municipal é para área da secretária de saúde responsável nutricionista onde realizam teste de provocação oral e acompanhamento multidisciplinar, com a inclusão de distribuição de fórmula infantil específica para o tratamento da condição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

3.6. Por fim, a aquisição também prevê compra de dietas para Hospital Municipal de Morrinhos – Goiás. O Hospital Municipal são as unidades de urgência do município denominadas “porta-aberta”, ou seja, atendem demanda espontânea advinda da população de Morrinhos - Goiás. Desta forma, visando garantir uma assistência de qualidade aos pacientes das unidades, é disponibilizada alimentação enteral para pacientes com via alternativa de alimentação em observação clínica e cadastrados na Central de Leitos aguardando internação em unidade hospitalar. Visto que, Hospital Municipal nem a secretária de Saúde não possuem local de manipulação/lactário para administração de dietas enterais, as mesmas devem receber dieta líquida, pronta para uso, em sistema fechado para administração gravitacional, garantindo a qualidade microbiológica dos usuários de sondas para alimentação.

3.7. Para estabelecer o quantitativo de cada item foram tomadas as médias históricas de demanda para realização de uma compra mais eficiente, capaz de proporcionar solução relacionada à garantia de continuidade de abastecimento.

3.8. Diante desse cenário faz-se necessária a aquisição de fórmulas alimentares industrializadas para manutenção da assistência dos protocolos clínicos adotados pela Secretaria Municipal de Saúde de Morrinhos - Goiás a pacientes com necessidades alimentares especiais.

3.9. Os itens demandados pela AJU, visam a manutenção dos atendimentos as demandas judiciais em desfavor do Município de Morrinhos - Goiás, no qual se determina o fornecimento de fórmulas alimentares infantis e adultas por determinação de marca específica.

3.10. Podendo a sua falta acarretar impacto a saúde do paciente e ocasionar custos adicionais ao tratamento além de gerar ocorrência de multas ao município ou gestor por descumprimento da ordem judicial.

3.11. A opção de utilização do Sistema de Registro de Preços se justifica pela impossibilidade de uma definição exata do quantitativo a ser demandado pela Coordenação, pois os itens a serem adquiridos devem ser fornecidos mensalmente pela Judicialização do Município, o que dificulta estabelecer a real demanda.

3.12. Para estabelecer o quantitativo de cada dieta, foram analisadas as demandas mensais de cada autor para realização de uma compra eficiente, capaz de proporcionar à garantia de continuidade de atendimento, evitando a interrupção do tratamento e a ocorrências de multas ou bloqueios.

4. JUSTIFICATIVA QUANTO A LICITAÇÃO NÃO SER EXCLUSIVA PARA ME E EPP E NÃO POSSUIR COTA RESERVADA

4.1. Deve prevalecer o princípio da economicidade na presente contratação, haja vista a previsão legal contida no art. 49, inciso III, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que prevê a inaplicabilidade do tratamento diferenciado e simplificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

para as microempresas e empresas de pequeno porte quando ficar demonstrado que a contratação, por esses meios, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Dado as características destes produtos, a licitação exclusiva para micro e pequenos empreendedores afasta a possibilidade de participação das fabricantes (que em geral são grandes empresas), inclusive internacionais, o que reduz e restringe a competitividade. Ademais, grandes fabricantes detêm em regra produtos com qualidade superior, haja vista a experiência adquirida ao longo de anos de investimento em pesquisa de desenvolvimento de novos produtos, diferentemente de micro e pequenos empreendimentos.

4.2. Pode se observar no próprio processo, que poucas empresas que participam das cotações são enquadradas com ME ou EPP.

4.3. Caso a licitação seja restrita a este grupo de empresas além de diminuir a concorrência, acarretando em preços mais altos, pode também não haver fornecedor para o item, o que acarretará em desabastecimento, de suplementos alimentar, em nossa unidade. Diante de todo este quadro, em atenção ao princípio constitucional da eficiência, que impõe ao Administrador público, sobretudo no âmbito da saúde, a busca pela máxima eficácia e eficiência da atividade pública, evidencia-se não vantajoso limitar a participação no presente procedimento a licitantes qualificados como micro-empresas e empresas de pequeno porte. Por fim, o tratamento diferenciado para essa aquisição não representaria a opção mais vantajosa para a Administração, uma vez que tal, critério fugiria a regulamentação da padronização que se exige para tais produtos.

4.4. No tocante ao cumprimento do disposto no art. 48, III, da LC nº 123/2006 (cota reserva de 25% para ME/EPP), cumpre salientar que a própria Lei Complementar, em seu art. 49, estabelece as hipóteses

4.5. Normativas de afastamento dos critérios de tratamento diferenciado às ME's/EPP's, destacando-se a redação do inciso III: "Não se aplica o disposto nos arts 47 e 48 desta Lei Complementar quando: [...] III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para administração pública ou **representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado**". Da mesma forma, no intento de regulamentar tal disposição da LC nº 123/2006, o Decreto Federal nº 8.538/2015 dispõe em seu parágrafo único do art. 10, que se considera não vantajosa a contratação quando: I – resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou II – **a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios**'. Ademais, o próprio caput do art. 8º do decreto, ao prever a aplicação do benefício já apresenta a ressalva: "**desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto**". Com efeito, a partir da transcrição de tais disposições normativas, conclui-se que a previsão do art. 48, III, da LC nº 123/2006 não é absoluta podendo ser afastada caso exista justificativa técnica para sua não aplicação.

4.6. Não se desconhece que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06). Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, da Lei nº 8.666/93 (que estabelece normas gerais sobre licitações). A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.7. Dessa maneira, há restrição à participação de fabricantes, de distribuidores e de empresas do ramo, prevalecendo-se as ME/EPP que, são revendedoras dos **leites especiais e suplementos alimentares**, assim sendo, adquirimos os mesmos agregando custos diversos, tributos, transportes e lucros, durante toda a cadeia comercial até a finalização da venda, desencadeando a onerosidade.

4.8. Deste modo, é temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com elevado número de itens desertos e fracassados, em virtude da ausência de fornecedores. O Fundo Municipal de Saúde de Morrinhos seria levada a repetir o procedimento, o que aumentaria os custos da contratação, gerando prejuízos.

4.9. Com efeito, se a Administração insistir na limitação da presente licitação com exclusividade para ME/EPP, corre o risco de ver frustrado o certame e os itens serem considerados fracassados por não conseguir comprar esses produtos com qualidade e pelo preço estimado de referência, conforme preconiza o Edital.

4.10. É notório que a restrição à participação de outras empresas, apesar de amparada pela Lei Complementar n. 123/2006, não é absoluta, conforme expressa o inciso I do artigo 48: “Art. 48.

Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório: I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)”. Assim sendo, no dispositivo legal citado evidencia-se a palavra “poderá” e não “deverá” comprar exclusivamente através de ME/EPP, sendo facultada à Administração prover outra forma de aquisição desde que motivada e com amparo legal.

4.11. Cabe acrescentar, a ressalva feita por Ronny Charles:

“Importante perceber que a obrigatoriedade do certame exclusivo sempre deve ser temperada pela observância dos princípios que conformam a atividade administrativa (como a eficiência) e pelas restrições legais dispostas pelo artigo 49 da LC 123/2006.”

4.12. Trata-se portanto, **de aquisição de leites especiais e suplementos alimentares**, assim, como destaca o referido autor, não será possível a adoção da licitação exclusiva quando, por exemplo, não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, sediados local ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (art. 49, inc. II).

4.13. O que se observa é que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração” conforme é vislumbrado no artigo 3º da Lei n. 8.666/93.

4.13. Destarte, o artigo 5º do Decreto n. 6.204/2007 não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas: “Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte”

4.14. Diante disso, considerando o risco presente na concessão da exclusividade e ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, esta licitação não será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por conta da impossibilidade de identificar a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.15. Isto posto, justificamos que a aplicação de cotas não é vantajosa, visto que esta restringe a segurança da gestão contratual, propiciando prejuízo para o conjunto dos serviços, além de comprometer a economia de escala, devendo ainda, ser adotado o critério de julgamento “Menor Preço Por Item”. Conforme recomendado pelo o parecer jurídico e decisão do gestor decido por não constar cota no processo de licitação,

5. DEMONSTRATIVO DE RESULTADO A SER ALCANÇADO (ECONOMICIDADE)

5.1. A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à aquisição em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante certamente será o “**MENOR PREÇO POR ITEM**”. Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia em função do custo benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao(s) produto ofertado(s) pela(s) empresa(s), cuja escolha recairá naquela que cotar o **MENOR PREÇO ITEM**.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o (s) objeto (s) do (s) lote (s) arrematado (s), em quantidade que represente no mínimo 50% do previsto no (s) mesmo (s). O quantitativo de 50% do previsto é considerado para avaliar a capacidade operacional da empresa em atender a demanda da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

SMS no período de vigência da ata. Sabe-se que, apesar de tratar-se de produtos alimentícios, o volume adquirido de itens pela Secretaria Municipal de Saúde é grande, sendo que fornecedores que não tenham preparo para fornecer o produto para a Administração Pública podem ocasionar atrasos ou impossibilidade no fornecimento, impactando de forma relevante os serviços assistenciais.

6.2. Será permitido o somatório de atestados para efeito da comprovação da alínea a.

6.3. O (s) atestado (s) deverá (ão) estar emitido (s) em papel (eis) timbrado (s) do (s) Órgão (s) ou da (s) Empresa (s) que o expediu (ram), ou deverá (ão) conter carimbo do CNPJ do (s) mesmo (s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

6.4. Não será (ão) aceito (s) atestado (s) de capacidade técnica emitido (s) pelo próprio licitante.

6.5. Comprovação de Autorização de Funcionamento fornecida pela autoridade local competente.

6.6. Alvará Sanitário, vigente na data da disputa de preço;

6.7. Justificativa: A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica das licitantes, desde que compatíveis com o objeto a ser licitado, um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados. Considerando que pela normativa IN DC/ANVISA nº16 de 26/04/2017 empresas de fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares e comércio atacadista de produtos alimentícios em geral com atividade de acondicionamento são classificadas como atividades de alto risco, sujeitos a vigilância sanitária de alto risco. Considerando o artigo 67 da lei 14.133/2021 que estabelece a qualificação técnica “IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso” as empresas de classificação de atividade de alto risco possuem obrigatoriedade em alvará sanitário submetendo o local a inspeção, dessa forma, não o possuir, com vigência adequada não se adequa ao funcionamento obrigatório em lei.

6.8. Registro dos produtos, nos termos da Lei nº 6.360, de 23/09/1976, regulamentado através do Decreto nº 8.077/2013 e Resolução RDC/ANVISA nº 185, de 22.10.01 (www.anvisa.gov.br), emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de cada item cotado em nome do licitante, ou em nome de quem o registro foi emitido, na forma a seguir:

6.9. Certificado de registro do produto, em original e/ou publicação no Diário Oficial da União ou impresso por meio eletrônico ou por qualquer processo de cópia autenticada; identificando o número do item correspondente.

6.10. Será aceito protocolo de revalidação de registro do produto na ANVISA, desde que tenha sido protocolizada no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade do documento solicitado no item 6.6 desse termo de referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

7. PROSPECTOS E CATÁLOGOS:

7.1. Para fins de verificação da adequabilidade do produto em face das exigências editalícias, poderão ser solicitados ao (s) arrematante (s) a entrega de prospectos e catálogos, de todos os itens, no prazo máximo de 24 horas contados da convocação do pregoeiro.

7.2. O (s) prospecto (s) e catálogo (s) deverá (ão) ser anexados em local próprio disponibilizado pelo sistema BNC conforme o pregoeiro solicitar

7.3. A área técnica fará as avaliações da adequabilidade do produto e emitirá parecer técnico favorável ou não de acordo com as exigências editalícias.

8. DOS PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE:

8.1. A entrega, na forma contratual e designada na Ata de Registro de Preços, será de forma parcelada ou total, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal, devendo ocorrer em:

8.2. A contratada fica obrigada a entregar todos os produtos em até **10 (dez)** dias após o recebimento do empenho, para os itens que são de mandado judicial a contratada fica obrigada a entregar os produtos em até **5 (cinco)** dias após o recebimento do empenho na Secretaria de saúde, localizada à **Rua 214, s/n – Setor Aeroporto, Morrinhos – GO, CEP: 75650-000, praça Nego Romano.**

- a) **Provisoriamente:** a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no edital, no termo de referência e na proposta, no período máximo de **05 (cinco) dias úteis** contados da data do recebimento do objeto, pelo Secretário Municipal de Saúde, ou servidor expressamente designado para tal finalidade.
- b) **Definitivamente:** após a verificação da conformidade com as especificações constantes no edital, no termo de referência e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **10 (dez) dias** a partir do recebimento provisório.

8.3. O recebimento do(s) produto(s) no(s) local(is) designado(s) na(s) Nota(s) de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Empenho ou outro instrumento hábil será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

8.4. O Fornecedor dirigir-se-á ao local de entrega munido da Nota Fiscal e da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil, respectivos:

8.5. A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pelo Fornecedor, receberá o (s) produto(s) provisoriamente por 5 (cinco) dias corridos, para verificação de especificação (ões), quantidade(s), marca(s), preço(s), prazo(s) e outras exigências que se fizerem pertinentes.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

9.1. O recebimento do(s) produto(s) no(s) local(is) designado(s) na(s) Nota(s) de Empenho ou outro instrumento hábil será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

9.2. O Fornecedor dirigir-se-á ao local de entrega munido da Nota Fiscal e da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil, respectivos:

9.3. A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pelo Fornecedor, receberá o (s) produto(s) provisoriamente por 5 (cinco) dias corridos, para verificação de especificação (ões), quantidade(s), marca(s), preço(s), prazo(s) e outras exigências que se fizerem pertinentes.

9.3. Encontrando irregularidade ou caso o (s) produto (s) esteja (m) fora dos padrões determinados, a unidade recebedora o (s) devolverá para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;

9.4. Aprovando o(s) produto(s), o (s) receberá definitivamente em até 5 (cinco) dias corridos contados do recebimento provisório, mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.

9.5. Em caso de irregularidade não sanada pelo Fornecedor, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao Órgão competente para providências de penalização.

9.6. Para dietas enterais de sistema fechado, se necessário, será entregue um adaptador de equipo para cada unidade de dieta entregue, sem custo adicional. O adaptador deverá ser compatível com o equipo utilizado e impedir qualquer tipo de vazamento de dieta. Caso haja problemas relacionados



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

a vazamentos, a empresa licitante vencedora deve garantir a reposição dos adaptadores por outros que garantam a condição anterior, também sem custo adicional.

9.7. É vedada, tanto a entrega do (s) produto (s) por parte do Fornecedor, quanto o recebimento do (s) mesmo (s) pelos órgãos participantes com marca (s) diferente (s) da (s) aprovada (s) e devidamente publicada (s) no DOM- Diário Oficial do Município.

10. VALIDADE MÍNIMA DOS PRODUTOS:

10.1. No momento da entrega a validade deverá ser no mínimo 75 % (setenta e cinco) do prazo total recomendado pelo fabricante.

11. RÓTULOS DAS EMBALAGENS

- a) Nos rótulos das embalagens primárias deverão constar impressas de forma clara e indelével, principalmente as seguintes informações:
- b) Denominação de venda (nome do produto, identificação do corte e marca)
- c) Identificação da origem da matéria prima principal “leite”, constando a expressão “comercializado por”, contendo: nome ou razão social, CNPJ e endereço da Associação ou Cooperativa de Agricultores Familiares
- d) Identificação do fabricante, através da expressão "Produzido por", contendo: nome ou razão social, CNPJ e endereço
- e) Data de fabricação (deverá constar dia, mês e ano)
- f) Data de vencimento ou data de validade (deverá constar dia, mês e ano)
- g) Identificação do lote
- h) Lista de ingredientes, inclusive os aditivos (função principal e nome completo ou número INS ou ambos) caso utilizados
- i) Declarar: “Contém glúten”/”Não contém glúten”
- j) Informação nutricional
- k) Peso líquido
- l) Tempo de cocção após início da fervura
- m) Condições de armazenamento.

11.1. À contratada deverá colocar rótulo autoadesivo indelével na embalagem, O padrão de adesividade não poderá ser menor que o tamanho 8 x 8 cm - Quadrado ou Redondo o autoadesivo deverá ser colorido conforme o logo enviado deverá ser mantido durante todo o fornecimento, ficando a Contratada sujeita às penalidades cabíveis quando cometer irregularidades.

11.2. Rótulo autoadesivo deverá conter o logo que será enviado junto com empenho a informação “GOVERNO DA CIDADE DE MORRINHOS SECRETARIA DE SAÚDE – VENDA PROIBIDA”



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

12. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da sua publicação.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento referente aos produtos fornecidos pela empresa vencedora do certame licitatório deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da mercadoria e emissão da competente nota fiscal, através **de transferência eletrônica ou depósito em conta.**

13.2. A cada Nota Fiscal apresentada a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos Municipais do Município de Morrinhos;
- b) Certidão de Regularidade /FGTS (Lei 8.036/90);
- c) Certidão de Regularidade /INSS (Lei 8.212/91);
- d) Certidão de Regularidade / CNDT.

14. DA FONTE DE RECURSOS

14.1. A despesa de que trata o objeto desse Termo de Referência ocorrerá às custas da Fonte Federal, Estadual e Municipal e emenda impositiva.

15. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. DA CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

15.1.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas nesse Termo de Referência;

15.1.2. A contratada se obriga a entregar os produtos no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da solicitação de entrega dos objetos contratados, por se tratarem de produtos a serem fornecidos mediante ordem judicial em mandados de segurança, os quais, em praxe, concedem apenas 05 (cinco) dias de prazo, se responsabilizando pela comunicação ao órgão solicitante sobre quaisquer fatos supervenientes que possam gerar atrasos:

15.1.2.a. A alteração de preço no mercado e a escassez do produto ou de sua matéria-prima deverão ser comunicadas de imediato. No primeiro caso será anexada nota fiscal anterior e posterior ao contrato. No segundo caso deverá ser apresentada carta formal explicitando as circunstâncias.

15.1.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE.

15.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Não será aceito o cancelamento do contrato nas hipóteses de descredenciamento com a fabricante do produto.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

17. DO ACESSO A INFORMAÇÃO E SUA DIVULGAÇÃO:

17.1. A licitante/contratada/fornecedor/conveniada fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

18. DA CONTRATANTE

18.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações impostas no contrato:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

18.2. Inclui-se neste rol o fornecimento de reequilíbrio financeiro dos produtos a que se fizer jus, desde que apresentado formalmente o pedido e que esteja acompanhado de notas fiscais conforme instrução normativa nº00010/2015.

18.3. Efetuar o pagamento da CONTRATADA nos termos do contrato.

18.4. Aplicar a CONTRATADA todas as sanções cabíveis, caso ocorra o descumprimento do contrato.

18.5. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato.

19. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será feita pela servidora – **DANIELA NOVAES CLAUDINO – AGENTE ADMINISTRATIVO - (MATRÍCULA - 4013239)**

19.1. A fiscalização será exercida pelos seguintes servidores:

– **Fiscal Técnico e Setorial – PAULA TAYNNARA ALVES BATISTA**
– **NUTRICIONISTA (Matrícula - 8058)**

19.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal ou gestor especialmente designado para acompanhar e fiscalizar os serviços contratados, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.3. Dar imediata ciência a seus superiores dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou rescisão contratual.

19.4. Promover a verificação do objeto, atestando as notas fiscais/ faturas ou outros documentos hábeis e emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamento.

19.5. Verificar a qualidade dos serviços, podendo exigir sua substituição ou correção, quando não atenderem aos termos do que foi contratado.

19.6. Observar se as exigências do edital e do contrato foram atendidas em sua integralidade.

19.7. O efetivo serviço fica condicionado à aceitação por parte do fiscal ou da comissão de fiscalização designado, conferir e aceitar o serviço.

19.8. No interesse do Fundo Municipal de Saúde e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

20.1. Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos.

23.2. A Secretaria Municipal de Saúde, através do Departamento de Compras emitirá a ordem de compra após a assinatura do contrato.

23.3. A contratante se reserva o direito de adquirir apenas parte do produto licitado, quer seja em razão de não necessitar da sua totalidade, quer seja para adequar os gastos à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Morrinhos - GO, datado digitalmente.

ELABORADO POR:

DANIELA NOVAES CLAUDINO

= Agente Administrativo=

(Matrícula - 4013239)

PAULA TAYNNARA ALVES BATISTA

=NUTRICIONISTA=

(Matrícula - 8058)

ACEITO POR:

PAULO GARCIA DE FREITAS

=Secretário Municipal de Saúde=

Obs.: o termo de referência constante na fase preparatória do processo encontra-se devidamente assinado pelos responsáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ANEXO I – A
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar nº 27/2024

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

NÚMERO DO PROCESSO: 2024020798

2. **AQUISICÃO A SER CONTRATADO**

- a) A presente licitação de registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de leites especiais e suplementos alimentares que serão utilizados na manutenção do hospital municipal de saúde e distribuição gratuita por um período de 12 (doze) meses

3. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

- a) A aquisição de **leites especiais e suplementos alimentares**, através da realização de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, acima elencados se destina a suprir o consumo e manutenção dos programas vinculados à Secretaria Municipal de Saúde. A necessidade de realização do certame ocorre em decorrência de que esta Secretaria não dispõe de almoxarifado e nem faz estoque de produtos por longo prazo. No procedimento licitatório deverá ser levada em consideração, em todos os termos, também os itens, natureza, economicidade e a finalidade dos produtos a serem adquiridos.
- b) Por se tratar de aquisição de bens de natureza comum, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o certame licitatório será realizado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, em conformidade com a lei mencionada. Será realizada a presente licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visto que os itens são enquadrados na classificação de bens comuns, pois utilizados comumente por pacientes assistidos nas unidades de saúde e podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais praticadas no mercado, moldando-se ao disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02.
- c) A utilização do Sistema de Registro de Preços, haja vista que a contratação de leites especiais requer a realização de contratações frequentes, com entrega mediante apresentação de notas de empenho, emitidas conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, naturalmente variável. Desse modo, o registro de preços é a forma mais eficiente de licitar tais objetos, uma vez que permite a efetivação de contratações de acordo com as necessidades do momento, sem vincular-se a quantitativos e prazos previamente definidos. Para estabelecer o



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

quantitativo de cada item foram tomadas as médias históricas de demanda para realização de uma compra mais eficiente, capaz de proporcionar solução relacionada à garantia de continuidade de abastecimento, atualmente providos por instrumento contratual que se encerrará em curto prazo.

- d) Quanto as mães portadoras do vírus HIV, há contraindicação clínica, explícita na literatura, em amamentar os filhos. As mães são vinculadas ao serviço das UBS, onde recebem acompanhamento e cuidados relativos à condição clínica e concomitantemente fórmula alimentar infantil industrializada para garantir segurança a essas crianças verticalmente expostas ao HIV e ou HTLV. Observados os procedimentos dispostos na legislação vigente, para financiamento das ações de custeio de vigilância, prevenção e controle das IST/aids e Hepatites Virais, incluindo-se o apoio às organizações da sociedade civil e a manutenção de Casas de Apoio para Pessoas Vivendo com HIV/ aids e a aquisição de fórmula infantil para crianças verticalmente expostas ao HIV e/ou HTLV”.
- e) O presente termo também prevê aquisição de fórmulas alimentares para crianças portadoras de Alergia a Proteína do Leite de Vaca. As crianças de 0-24 meses são acompanhadas no UBS, Hospital Municipal é para área da secretária de saúde responsável nutricionista onde realizam teste de provocação oral e acompanhamento multidisciplinar, com a inclusão de distribuição de fórmula infantil pela a Secretaria de Saúde para o tratamento da condição.
- f) Por fim, a aquisição também prevê compra de dietas para Hospital Municipal de Morrinhos – Goiás. O Hospital Municipal são as unidades de urgência do município denominadas “porta-aberta”, ou seja, atendem demanda espontânea advinda da população de Morrinhos - Goiás. Desta forma, visando garantir uma assistência de qualidade aos pacientes das unidades, é disponibilizada alimentação enteral para pacientes com via alternativa de alimentação em observação clínica e cadastrados na Central de Leitos aguardando internação em unidade hospitalar. Visto que, Hospital Municipal nem a secretária de Saúde não possuem local de manipulação/lactário para administração de dietas enterais, as mesmas devem receber dieta líquida, pronta para uso, em sistema fechado para administração gravitacional, garantindo a qualidade microbiológica dos usuários de sondas para alimentação.
- g) Para estabelecer o quantitativo de cada item foram tomadas as médias históricas de demanda para realização de uma compra mais eficiente, capaz de proporcionar solução relacionada à garantia de continuidade de abastecimento.
- h) Diante desse cenário faz-se necessária a aquisição de fórmulas alimentares industrializadas para manutenção da assistência dos protocolos clínicos adotados pela Secretaria Municipal de Saúde de Morrinhos - Goiás a pacientes com necessidades alimentares especiais.
- i) Os itens demandados, visam também a manutenção dos atendimentos as



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

demandas judiciais em desfavor do Município de Morrinhos - Goiás, no qual se determina o fornecimento de fórmulas alimentares infantis e adultas por determinação de marca específica.

- j) Podendo a sua falta acarretar impacto a saúde do paciente e ocasionar custos adicionais ao tratamento além de gerar ocorrência de multas ao município ou gestor por descumprimento da ordem judicial.
- k) A opção de utilização do Sistema de Registro de Preços se justifica pela impossibilidade de uma definição exata do quantitativo a ser demandado pela Coordenação, pois os itens a serem adquiridos devem ser fornecidos mensalmente pela Judicialização do Município, o que dificulta estabelecer a real demanda.
- l) Para estabelecer o quantitativo de cada dieta, foram analisadas as demandas mensais de cada autor para realização de uma compra eficiente, capaz de proporcionar à garantia de continuidade de atendimento, evitando a interrupção do tratamento e a ocorrências de multas ou bloqueios.

4. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DE MARCA NOS ITENS 06, 08, 10, 15 E 29

- a) A escolha da marca especificada no descritivo dos itens 06, 08, 10, 15 e 29 fundamenta-se na obrigatoriedade de cumprimento de **mandado judicial**, conforme documentação anexada ao processo.
- b) O mandado judicial exige que o Fundo Municipal de Saúde forneça os itens em questão exatamente conforme especificado, garantindo a entrega do produto indicado na ordem judicial. Essa necessidade está vinculada à particularidade do tratamento ou do paciente beneficiado pela decisão judicial, sendo indispensável o atendimento das especificações exatas do produto, incluindo marca e características, para assegurar a efetividade do tratamento e cumprimento da determinação judicial.
- c) Portanto, a aquisição de produtos de marcas diversas não atenderia ao cumprimento integral da ordem judicial, podendo resultar em prejuízos ao paciente ou descumprimento da decisão judicial.
- d) Desta forma, a inclusão da marca no descritivo atende exclusivamente à exigência legal imposta pelo mandado judicial, não se tratando de preferência administrativa, mas de necessidade jurídica e técnica.

5. RESULTADOS PRETENDIDOS:

- a) O resultado pretendido com esta aquisição é oferecer um melhor atendimento à municipalidade diante às demandas relacionadas aos serviços de saúde e assistência social na cidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

6. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
DANIELA NOVAES CLAUDINO	SETOR DE NUTRIÇÃO
JOSE WILLIAN VIEIRA GUIMARÃES	HOSPITAL MUNICIPAL DE MORRINHOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- a) A definição dos requisitos da contratação deve ser fundamentalmente alinhada ao princípio de seleção da proposta mais vantajosa e aderente ao interesse público. Devese garantir que os critérios de qualidade, desempenho, sustentabilidade e conformidade com a legislação vigente sejam levados em consideração, de forma a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.
- b) Esta aquisição irá proporcionar mais agilidade e eficiência nos serviços, resultando na saúde pública e assistência social.

7.1. Requisitos Gerais

- a) Leites especiais de qualidade comprovada, adequados ao consumo e uso a população, dentro dos prazos de validade e eficácia, e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.
- b) Acondicionamento adequado dos produtos, visando manter a integridade e a qualidade até o momento do uso ou consumo.
- c) Disponibilidade de entrega dos produtos dentro do prazo máximo estabelecido e a adaptabilidade para atender demandas emergenciais.

7.2. Requisitos Legais

- a) Conformidade com a legislação brasileira pertinente, especialmente as normativas referentes à produção e comercialização de leites especiais para a população.
- b) Cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho por parte do fornecedor na execução do serviço e entrega dos bens.
- c) Observância à Lei 14.133/2021 e demais leis orçamentárias vigentes para contratação com o poder público.

7.3. Requisitos de Sustentabilidade

- a) Produtos oriundos de empresas com práticas de responsabilidade socioambiental e que promovam o desenvolvimento sustentável.
- b) Priorização de produtos com selos verdes, que atestem a redução do impacto ambiental na produção, distribuição e descarte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- c) Promover a economia circular, preferindo produtos que possuam embalagens recicláveis ou biodegradáveis.

7.4. Requisitos da Contratação

- a) Forneecimento contínuo de leites especiais com propriedades nutricionais para o porte e condições de saúde, para garantir o bem-estar e a vitalidade.
- b) Flexibilidade contratual para adaptação dos quantitativos a serem fornecidos, conforme a variação dos número de pedidos a ser atendidos.

7.5. Com vistas ao atendimento da necessidade especificada, os requisitos essenciais à contratação incluem a garantia de que os produtos sejam entregues de forma pontual e regular, mantendo-se os padrões exigidos de qualidade e segurança em toda a cadeia, do fornecedor ao consumidor final, que são a população. Será dada preferência a fornecedores que demonstrem práticas de negócios que considerem impactos ambientais e sociais, assim como eficiente pós-venda e capacidade técnica para suporte e consultoria sobre os produtos fornecidos.

8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o (s) objeto (s) do (s) lote (s) arrematado (s), em quantidade que represente no mínimo 50% do previsto no (s) mesmo (s). O quantitativo de 50% do previsto é considerado para avaliar a capacidade operacional da empresa em atender a demanda no período de vigência da ata. Sabe-se que, apesar de tratar-se de produtos alimentícios, o volume adquirido de itens pela Secretaria Municipal de Saúde é grande, sendo que fornecedores que não tenham preparo para fornecer o produto para a Administração Pública podem ocasionar atrasos ou impossibilidade no fornecimento, impactando de forma relevante os serviços assistenciais.
- b) Será permitido o somatório de atestados para efeito da comprovação da alínea a.
- c) O (s) atestado (s) deverá (ão) estar emitido (s) em papel (eis) timbrado (s) do (s) Órgão (s) ou da (s) Empresa (s) que o expediu (ram), ou deverá (ão) conter



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

carimbo do CNPJ do (s) mesmo (s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

- d) Não será (ão) aceito (s) atestado (s) de capacidade técnica emitido (s) pelo próprio licitante.
- e) Comprovação de Autorização de Funcionamento fornecida pela autoridade local competente.

- f) Alvará Sanitário, vigente na data da disputa de preço;

Justificativa: A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica das licitantes, desde que compatíveis com o objeto a ser licitado, um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados. Considerando que pela normativa IN DC/ANVISA nº16 de 26/04/2017 empresas de fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares e comércio atacadista de produtos alimentícios em geral com atividade de acondicionamento são classificadas como atividades de alto risco, sujeitos a vigilância sanitária de alto risco. Considerando o artigo 30 da lei 8.666/93 que estabelece a qualificação técnica “IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso” as empresas de classificação de atividade de alto risco possuem obrigatoriedade em alvará sanitário submetendo o local a inspeção, dessa forma, não o possuir, com vigência adequada não se adequa ao funcionamento obrigatório em lei.

- g) Registro dos produtos, nos termos da Lei nº 6.360, de 23/09/1976, regulamentado através do Decreto nº 8.077/2013 e Resolução RDC/ANVISA nº 185, de 22.10.01 (www.anvisa.gov.br), emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de cada item cotado em nome do licitante, ou em nome de quem o registro foi emitido, na forma a seguir:

- h) Certificado de registro do produto, em original e/ou publicação no Diário Oficial da União ou impresso por meio eletrônico ou por qualquer processo de cópia



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

autenticada; identificando o número do item correspondente.

- i) Será aceito protocolo de revalidação de registro do produto na ANVISA, desde que tenha sido protocolizada no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade do documento.

9. PROSPECTOS E CATÁLOGOS:

- a) Para fins de verificação da adequabilidade do produto em face das exigências editalícias, poderão ser solicitados ao (s) arrematante (s) a entrega de prospectos e catálogos, de todos os itens, no prazo máximo de 24 horas contados da convocação do pregoeiro.
- b) O (s) prospecto (s) e catálogo (s) deverá (ão) ser anexados em local próprio disponibilizado pelo sistema BNC conforme o pregoeiro solicitar
- c) A área técnica fará as avaliações da adequabilidade do produto e emitirá parecer técnico favorável ou não de acordo com as exigências editalícias.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- a) Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. RÓTULOS DAS EMBALAGENS

- a) Nos rótulos das embalagens primárias deverão constar impressas de forma clara e indelével, principalmente as seguintes informações:
- b) Denominação de venda (nome do produto, identificação do corte e marca)
- c) Identificação da origem da matéria prima principal “leite”, constando a expressão “comercializado por”, contendo: nome ou razão social, CNPJ e endereço da Associação ou Cooperativa de Agricultores Familiares
- d) Identificação do fabricante, através da expressão "Produzido por", contendo: nome ou razão social, CNPJ e endereço
- e) Data de fabricação (deverá constar dia, mês e ano)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- f) Data de vencimento ou data de validade (deverá constar dia, mês e ano)
- g) Identificação do lote
- h) Lista de ingredientes, inclusive os aditivos (função principal e nome completo ou número INS ou ambos) caso utilizados
- i) Declarar: “Contém glúten”/”Não contém glúten”
- j) Informação nutricional
- k) Peso líquido
- l) Tempo de cocção após início da fervura
- m) Condições de armazenamento.

12.1. À contratada deverá colocar rótulo autoadesivo indelével na embalagem, O padrão de adesividade não poderá ser menor que o tamanho 8 x 8 cm - Quadrado ou Redondo o autoadesivo deverá ser colorido conforme o logo enviado deverá ser mantido durante todo o fornecimento, ficando a Contratada sujeita às penalidades cabíveis quando cometer irregularidades.

12.2. Rótulo autoadesivo deverá conter o logo que será enviado junto com empenho a informação “GOVERNO DA CIDADE DE MORRINHOS – VENDA PROIBIDA”

12. VALIDADE MÍNIMA DOS PRODUTOS:

- a) No momento da entrega a validade deverá ser no mínimo 75 % (setenta e cinco) do prazo total recomendado pelo fabricante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

13. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DE MARCA/MODELO:

- a) Não se aplica, a não especificação de uma marca ou modelo específico para esta licitação é uma prática que visa garantir a legalidade, a competitividade e a obtenção da melhor proposta para a Administração. A definição de critérios técnicos claros e detalhados no edital é suficiente para assegurar que os produtos adquiridos atenderão plenamente às necessidades.

13.1. JUSTIFICATIVA PARA A MODALIDADE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO

- a) A presente licitação para aquisição dos itens solicitados é a primeira a ser realizada, justificando a opção pela modalidade de pregão, na forma de registro de preço. Esta escolha se dá em função das seguintes razões.
- b) **Ineditismo da Aquisição:** Sendo uma necessidade de maior flexibilidade na quantidade a ser adquirida. A modalidade de pregão, com registro de preço, permite uma melhor adequação às necessidades reais da instituição ao longo do período de vigência do registro, evitando assim desperdícios e garantindo que os itens sejam adquiridos conforme a demanda.
- c) **Solicitação pela Área Requisitante:** A quantidade de itens foi definida pela área requisitante, baseada em estudos e projeções de consumo. No entanto, reconhecemos que tais projeções podem necessitar ajustes no decorrer do tempo. A modalidade de registro de preço oferece a vantagem de possibilitar ajustes nas quantidades, conforme a necessidade efetiva, sem comprometer a continuidade dos serviços.
- d) **Eficiência e Economia:** O pregão, na forma de registro de preço, promove a obtenção de propostas mais vantajosas, uma vez que permite a ampla participação de fornecedores, aumentando a competitividade e, consequentemente, possibilitando a aquisição a preços mais baixos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- e) **Segurança e Planejamento:** A modalidade escolhida também contribui para um melhor planejamento e segurança na aquisição dos itens, uma vez que os preços ficam registrados por um período determinado, garantindo previsibilidade orçamentária e evitando variações abruptas de preço.
- f) Dessa forma, a escolha pela modalidade pregão, na forma de registro de preço, é justificada pelo ineditismo da aquisição, pela flexibilidade que oferece, pela eficiência econômica e pela segurança no planejamento de compras.

14. CRITÉRIOS DA ACEITAÇÃO DE AMOSTRAS:

14.1. Não há necessidade de especificar uma marca ou modelo específico para esta licitação por diversas razões:

- a) **Promoção da Competitividade:** A ausência de especificação de marca amplia a competitividade entre os fornecedores, permitindo a participação de um maior número de concorrentes. Isso contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas.
- b) **Igualdade de Condições:** Não definir uma marca específica garante igualdade de condições a todos os participantes, evitando favorecer qualquer fornecedor em particular e assegurando o princípio da isonomia.
- c) **Atenção às Necessidades Técnicas:** As especificações técnicas detalhadas no edital são suficientes para assegurar que qualquer produto ou serviço oferecido que atenda a esses requisitos será adequado para o uso pretendido, independentemente da marca.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- d) **omento à Inovação e Atualização Tecnológica:** Permitir a oferta de produtos de diferentes marcas e modelos incentiva a inovação e a atualização tecnológica, uma vez que os fornecedores buscarão oferecer soluções modernas e eficientes que atendam às exigências do edital.
- e) **Eficiência Administrativa:** A flexibilização quanto à marca/modelo permite à administração pública selecionar a melhor proposta em termos de custo-benefício, otimizando os recursos públicos disponíveis.

15. CONFORMIDADE TÉCNICA:

- a) Avaliar se a especificação técnica é compatível com o produto apresentando e as contidas no edital.

16. SEGURANÇA:

- a) Observar se propicia condições de utilização seguras segundos as normas de Boas Práticas.

17. FORNECIMENTO DE COMODATO:

- a) Não se aplica, como são consumidos periodicamente, é necessária a compra regular, não sendo viável o comodato.

18. NECESSIDADE DE AGRUPAMENTOS DOS ITENS:

- a) Não se aplica, Dessa forma, a decisão de não agrupar os itens visa garantir a competitividade, a eficiência e a economicidade do processo licitatório, atendendo plenamente às necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

19. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

A entrega, na forma contratual e designada na Ata de Registro de Preços, será de forma parcelada ou total, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal, devendo ocorrer em:

- c) A contratada fica obrigada a entregar todos os produtos em até **10 (dez)** dias após



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

o recebimento do empenho, para os itens que são de mandado judicial a contratada fica obrigada a entregar os produtos em até **5 (cinco)** dias após o recebimento do empenho na Secretaria de saúde, localizada à **Rua 214, s/n – Setor Aeroporto, Morrinhos – GO, CEP: 75650-000, praça Nego Romano.**

- d) **Provisoriamente:** a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no edital, no termo de referência e na proposta, no período máximo de **05 (cinco) dias úteis** contados da data do recebimento do objeto, pelo Secretário Municipal de Saúde, ou servidor expressamente designado para tal finalidade.
- e) **Definitivamente:** após a verificação da conformidade com as especificações constantes no edital, no termo de referência e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **10 (dez) dias** a partir do recebimento provisório.
- f) O recebimento do(s) produto(s) no(s) local(is) designado(s) na(s) Nota(s) de Empenho ou outro instrumento hábil será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:
- g) O Fornecedor dirigir-se-á ao local de entrega munido da Nota Fiscal e da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil, respectivos:
- h) A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pelo Fornecedor, receberá o (s) produto(s) provisoriamente por 5 (cinco) dias corridos, para verificação de especificação (ões), quantidade(s), marca(s), preço(s), prazo(s) e outras exigências que se fizerem pertinentes.
- i) Encontrando irregularidade ou caso o (s) produto (s) esteja (m) fora dos padrões determinados, a unidade recebedora o (s) devolverá para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;
- j) Aprovando o(s) produto(s), o (s) receberá definitivamente em até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento provisório, mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- k) Em caso de irregularidade não sanada pelo Fornecedor, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao Órgão competente para providências de penalização.
- l) É vedada, tanto a entrega do (s) produto (s) por parte do Fornecedor, quanto o recebimento do (s) mesmo (s) pelos órgãos participantes com marca (s) diferente (s) da (s) aprovada (s) e devidamente publicada (s) nos Diários Oficiais.

20. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO	QTDE	MEDIDA	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
1	23424	500	LATA	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA ISENTA DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES DE IDADE. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: ISOMIL, APTAMIL SOJA E NAN SOY
2	23431	500	LATA	FÓRMULA INFANTIL ANTI-REGURGITAÇÃO E/OU ANTI-REFLUXO GASTROESOFÁGICO. PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ 12 MESES. ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: APTAMIL AR, ENFAMIL AR E NAN AR
3	23434	400	LATA	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, ISENTA DE LACTOSE PARA CRIANÇAS A PARTIR DO NASCIMENTO. FÓRMULA A BASE DE PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, POLIMÉRICA, FONTE DE CARBOIDRATOS 100% MALTODEXTRINA. ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: NAN SL
4	23435	1.000	LATA	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA COM 100% DE PROTEÍNAS EXTENSAMENTE HIDROLISADAS DO SORO DO LEITE OU CASEÍNA, COM ÓLEOS VEGETAIS E NUTRICIONALMENTE COMPLETA. ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. COM 0.6 KCAL/ML, PARA CRIANÇAS DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: PREGOMIM PEPTI
5	Novo	500	LATA	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA COM 100% DE PROTEÍNAS EXTENSAMENTE HIDROLISADAS DO SORO DO LEITE OU CASEÍNA, COM ÓLEOS VEGETAIS E NUTRICIONALMENTE COMPLETA COM 1 KCAL/M. ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. PARA CRIANÇAS DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: PREGOMIM PLUS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

6	23441	500	LATA	NEOCATE LCP (MANDADO JUDICIAL) FÓRMULA INFANTIL COM 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES COMO FONTE PROTEICA, COM ÓLEOS VEGETAIS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM 0,6 KCAL/ML E ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, GALACTOSE E INGREDIENTES DE ORIGEM ANIMAL. PARA CRIANÇAS DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. Paciente: H.R.S Processo nº 2024005669990 (MANDADO JUDICIAL NEOCATE LCP)
7	23442	500	LATA	FÓRMULA INFANTIL COM 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES COMO FONTE PROTEICA, COM 100% DE ÓLEOS VEGETAIS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA COM 1.0 KCAL/ML. ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, GALACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS. SEM SABOR. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA NEOADVANCE
8	118428	500	LATA	NEOFORTE (MANDADO JUDICIAL) FÓRMULA INFANTIL ELEMENTAR COM 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES COMO FONTE PROTEICA, COM 100% DE ÓLEOS VEGETAIS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM 1.27 KCAL/ML. COM FIBRAS, ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN. PARA CRIANÇAS DE 3 ATÉ 10 ANOS. SABORES VARIADOS. EMBALAGEM EM PÓ, COM NO MÍNIMO 400G. Paciente: J.A.C Processo nº 2024003722345 (MANDADO JUDICIAL NEOFORTE)
9	118429	150	LATA	MISTURA HIPERCALÓRICA COM 1,7 KCAL/ML, A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES, NÃO ALERGÊNICA PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE PROTEÍNAS ÍNTEGRAS E HIDROLISADAS. COM INDICAÇÃO PARA INTRODUÇÃO DE ALIMENTOS SÓLIDOS PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 06 MESES, LATA 400G. REFERÊNCIA: NEO SPOON
10	137658	1.000	LATA	FORTINI PLUS (MANDADO JUDICIAL) FÓRMULA INFANTIL DE NUTRIÇÃO ORAL/ENTERAL, EM PÓ, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML), NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ISENTA DE FIBRA E GLÚTEN. PARA CRIANÇAS DE 3 A 10 ANOS. SABORES VARIADOS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G. Paciente: H.V.P.C Processo nº 202300217387 (MANDADO JUDICIAL FORTINI PLUS)
11	118427	1.000	LATA	FÓRMULA INFANTIL DE NUTRIÇÃO ORAL/ENTERAL, EM PÓ, HIPERCALÓRICA (1.0 KCAL/ML), NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM FIBRAS, ARA, DHA E PREBIÓTICOS. ISENTA DE GLÚTEN. SEM SABOR. PARA CRIANÇAS DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: INFATRINI
12	23426	800	LATA	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ O 6º MÊS DE VIDA, POLIMÉRICA, COM LACTOSE, PREBIÓTICOS E ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM COM 800G. REFERÊNCIA: NAN 1, NESTOGENO 1 E APTAMIL 1
13	23428	900	LATA	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES A PARTIR DO 6º MÊS DE VIDA ATÉ O 12º MÊS, POLIMÉRICA, COM LACTOSE, PREBIÓTICOS E ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM COM 800G. REFERÊNCIA: NAN 2, NESTOGENO 2 E APTAMIL 2
14	23430	900	LATA	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA (1-3 ANOS), POLIMÉRICA, COM LACTOSE, AUMENTADO CONTEÚDO DE FERRO, ALTO CONTEÚDO DE VITAMINA D E ISENTA DE GLÚTEN. EMBALAGEM COM 800G. REFERÊNCIA: NESTONUTRI, NAN CONFOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

15	NOVO	400	LATA	NANLAC SUPREME 1+ (MANDADO JUDICIAL) FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA (1-3 ANOS), POLIMÉRICA, COM LACTOSE, PREBIÓTICOS, AUMENTADO CONTEÚDO DE FERRO, ALTO CONTEÚDO DE VITAMINA D E ISENTA DE GLÚTEN. COM ARA E DHA. EMBALAGEM COM 800G. Paciente: A.B.M Processo nº 202300387267 (MANDADO JUDICIAL NANLAC SUPREME 1+)
16	23487	800	LATA	FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL EM PÓ, PARA CRIANÇAS DE 1-10 ANOS DE IDADE, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM DILUIÇÃO PADRÃO DE 1 KCAL/ML, ISENTA DE FIBRAS, LACTOSE E GLÚTEN. SABOR BAUNILHA. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: NUTREN JÚNIOR
17	134647	800	LATA	SUPLEMENTO EM PÓ PARA ADULTOS, HIPERPROTEICO, QUE PERMITA DILUIÇÃO NORMOCALÓRICA E HIPERCALÓRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN. SEM SABOR. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA DE NO MÍNIMO 370G. REFERÊNCIA: NUTREN SENIOR SEM LACTOSE, NUTRIDRINK PROTEIN.
18	118424	800	LATA	SUPLEMENTO EM PÓ PARA ADULTOS, A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, NORMOPROTEICA, QUE PERMITA DILUIÇÃO NORMOCALÓRICA E HIPERCALÓRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, SEM ADIÇÃO DE SACAROSE, SEM FIBRAS, ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. SABOR BAUNILHA. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: NUTRISON SOYA, NUTRO PREMIUM SOY.
19	134653	450	LATA	FÓRMULA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL EM PÓ, PARA ADULTOS, NORMOPROTEICA, QUE PERMITA DILUIÇÃO NORMOCALÓRICA E HIPERCALÓRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA E COM BAIXO TEOR DE GORDURAS SATURADAS, ISENTA DE FIBRAS E GLÚTEN. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA DE NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: TROPHIC BASIC ENTERAL.
20	135107	750	LATA	SUPLEMENTO EM PÓ PARA PESSOA COM DIABETES, COM CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO, PARA AUXILIAR NO CONTROLE DA GLICEMIA. HIPERPROTEICO, ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA COM NO MÍNIMO 370G. REFERÊNCIA: GLUCERNA, SUSTAP DIABETES E DIAMAXIG
21	134580	750	UNIDADE	SUPLEMENTO LÍQUIDO ORAL PARA PESSOA COM DIABETES, NORMOCALÓRICO (1,0 KCAL/ML), HIPERPROTEICO, ENRIQUECIDO COM FIBRAS, COM CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO E BAIXO ÍNDICE GLICÊMICO. COM WHEY DE FONTE PROTEICA E ÔMEGA 3 COMO FONTE DE GORDURA. ISENTO DE FRUTOSE, SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. FÓRMULA NUTRICIONALMENTE COMPLETA, DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA O CONTROLE DA GLICEMIA. EMBALAGEM DE 200ML, COM SABORES VARIADOS REFERÊNCIA: DIAMAXIG, GLUCERNA
22	134643	1000	UNIDADE	FORMULA PADRÃO PARA USO ENTERAL/ORAL, LÍQUIDA, POLIMÉRICA, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML), NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM 100% PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA E BAIXO TEOR DE GORDURAS SATURADAS. ISENTA GLÚTEN, LACTOSE E FIBRA. SEM ADIÇÃO DE SACAROSE. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA (TETRA SQUARE) EM SISTEMA ABERTO. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE 1000 ML. REFERÊNCIA: TROPHIC SOYA 1.5
23	134645	1000	UNIDADES	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL. LÍQUIDA, POLIMÉRICA, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML), NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM MIX DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS, ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA (TETRA SQUARE) EM SISTEMA ABERTO. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE 1000 ML. REFERÊNCIA: ISOSOURCE 1.5 E NUTRISON ENERGY MULTIFIBER.
24	134647	500	UNIDADE	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL. LÍQUIDA, POLIMÉRICA, NORMOCALÓRICA (1.2 KCAL/ML), NORMOPROTEICA, 100% PROTEÍNA DE SOJA, NORMOPROTEICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ISENTA GLÚTEN, SACAROSE E LACTOSE. SEM FIBRA. EMBALAGEM



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

				HERMETICAMENTE FECHADA (TETRA SQUARE) EM SISTEMA ABERTO. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE 1000 ML. REFERÊNCIA: ISOSOURCE SOYA, NUTRI ENTERL SOYA
25	134654	250	UNIDADE	DIETA PARA PACIENTE RENAL EM DIÁLISE, FÓRMULA MODIFICADA ORAL/ENTERAL LÍQUIDA, HIPERCALÓRICO (1.5 ou 2.0 KCAL/ML), HIPERLIPÍDICO, SEM ADIÇÃO DE SACAROSE, ISENTO DE LACTOSE. SABOR BAUNILHA. SISTEMA ABERTO 200ML. REFERÊNCIA: NOVASOURCE REN, NUTRI RENAL 2.0 BAUNILHA
26	134659	250	UNIDADE	DIETA PARA PACIENTE RENAL SEM DIÁLISE, FÓRMULA MODIFICADA ORAL/ENTERAL LÍQUIDA, HIPERCALÓRICO (2.0 KCAL/ML), HIPOPROTEICO, COM BAIXO TEOR DE GLÚTEN. ESPECÍFICO PARA PACIENTES COM FUNÇÃO RENAL COMPROMETIDA SEM TRATAMENTO DIALÍTICO. SISTEMA ABERTO 200ML. REFERÊNCIA: NUTRI R 2.0
27	23491	200	UNIDADE	EMULSÃO LIPÍDICA PARA AUMENTO DO APORTE CALÓRICO. COMPOSTA ÓLEOS VEGETAIS DE ALTO TEOR OLÉICO. FONTE ENERGÉTICA COM ELEVADA DENSIDADE CALÓRICA (4 - 5 KCAL/ML) PRONTA PARA O USO. ISENTO DE GLÚTEN, LACTOSE, SACAROSE E FRUTOSE. COM OU SEM SABOR. SISTEM ABERTO, CONTENDO NO MÍNIMO 120ML. REFERÊNCIA: CALOGEN, FRSUBIN 5 KCAL SHOT
28	134649	200	UNIDADE	SUPLEMENTAÇÃO NUTRICIONAL ORAL HIPERCALÓRICA E HIPERPROTEICA COM CONSISTÊNCIA PASTOSA. REFERÊNCIA: FRESUBIN 2 KCAL CREMÉ - FRESENIUS KABI
29	129257	1000	BOLSA / FRASCO	FRESUBIN ORIGINAL FIBRE (MANDADO JUDICIAL) FÓRMULA PADRÃO PARA USO ENTERAL, NORMOCALÓRICA (1.0 KCAL/ML) E NORMOPROTEICA. SEM GLÚTEN, CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE, COM ÔMEGA-3 E FIBRAS. SISTEMA FECHADO, COM FRACIONADOR DE CONEXÃO, 1000 ML. Paciente: G.G.S, Processo nº. 2023000657 (MANDADO JUDICIAL FRESUBIN ORIGINAL FIBRE)
30	134642	500	UNIDADE	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL. LÍQUIDA, POLIMÉRICA, NORMOCALÓRICA (1.2 KCAL/ML), NORMOPROTEICA, 100% PROTEÍNA DE SOJA, NORMOPROTEICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ISENTA GLÚTEN, SACAROSE E LACTOSE. COM MIX DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA (TETRA SQUARE) EM SISTEMA ABERTO. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE 1000 ML. REFERÊNCIA: ISOSOURCE SOYAFIBER, TROPHIC FIBER
31	134580	1.000	UNIDADE	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL LÍQUIDA, ESPECÍFICA PARA PACIENTES COM DIABETES, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM CARBOIDRATOS DE BAIXO ÍNDICE GLICÊMICO, ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN. COM FIBRAS. EMBALAGEM HERMETICAMENTE FECHADA (TETRA SQUARE) EM SISTEMA ABERTO. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS DE 1000 ML. REFERÊNCIA: DIAMAXIG E NOVASOURCE GC.
32	129261	800	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ENTERAL NORMOCALÓRICA (1.2 KCAL/ML) E HIPERPROTEICA (PELO MENOS 20 % DE PROTEÍNAS). SEM GLÚTEN, CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE, COM ÔMEGA-3 E FIBRAS. SISTEMA FECHADO, COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 1000 ML. REFERÊNCIA: FRESUBIN HP 1.2 FIBRE SISTEMA FECHADO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

33	129278	550	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ENTERAL, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML) E HIPERPROTEICA (PELO MENOS 20 % DE PROTEÍNAS). SEM GLÚTEN, CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE E COM OU SEM FIBRAS. SISTEMA FECHADO, COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 1000 ML. REFERÊNCIA: FRESUBIN HP ENERGY FIBRE, NOVASOURCE HI PROTEIN, IMPACT 1.5.
34	129281	1000	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ENTERAL, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML) E NORMOPROTEICA. SEM GLÚTEN, CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE E COM FIBRAS. SISTEMA FECHADO COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 1000ML. REFERÊNCIA: ISOSOURCE 1.5
35	129283	1.000	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL LÍQUIDA, ESPECÍFICA PARA PACIENTES COM NECESSIDADE DE CONTROLE GLICÊMICO, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA (1.5 KCAL/ML) COM CARBOIDRATOS DE BAIXO ÍNDICE GLICÊMICO, ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN. COM FIBRAS. SISTEMA FECHADO COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 1000ML. REFERÊNCIA: NOVASOURCE GC, NUTRISON ADVANCED DIASON
36	134667	1.000	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ENTERAL, HIPERCALÓRICA (2.0 KCAL/ML) E HIPERPROTEICA, SEM GLÚTEN, SEM FIBRAS E CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE. SISTEMA FECHADO COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 500ML. REFERÊNCIA: FRESUBIN 2 KCAL HP
37	NOVO	800	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ENTERAL, HIPERCALÓRICA (2.0 KCAL/ML) E HIPERPROTEICA, SEM GLÚTEN, COM FIBRAS E CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE. SISTEMA FECHADO COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 500ML. REFERÊNCIA: FRESBIN 2 KCAL HP FIBRE
38	115260	200	LATA	MÓDULO DE CARBOIDRATO, DE FÁCIL SOLUBILIDADE. SABOR NETURO. ISENTO DE NUTRIENTES, GLÚTEN, SACAROSE, LACTOSE. LATA DE NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: CARBOFOR, NUTRI DEXTRIN
39	23437	150	LATA	ESPESSANTE ALIMENTAR A BASE DE GOMAS PARA ESPESSAMENTO INSTANTÂNEO CLARIFICADO DE ALIMENTOS E BEBIDAS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 100G. REFERÊNCIA: NUTILIS, SUSTAP CLEAR E CONDENSE.
40	134656	150	LATA	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS, UTILIZADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU VIA ORAL, CONSTITUINDO-SE DE MIX DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS. LATA 300G REFERÊNCIA: MIX FIBER
41	134657	200	LATA	MÓDULO DE GLUTAMINA. FÓRMULA, UTILIZADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU VIA ORAL, CONSTITUINDO-SE DE 100% L-GLUTAMINA, 300G. REFERÊNCIA: L-GLUTAMINA DYNLIFE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

42	NOVO	1000	UNIDADE	MIX DE ENZIMAS DIGESTIVAS INDICADAS PARA AUXILIAR NO PROCESSO DE DIGESTÃO DE ALIMENTOS, SACHÊ COM NO MÍNIMO 3G. REFERÊNCIA: ENZYFOR
43	129290	1000	SACOS	MÓDULO DE PROBIÓTICOS. SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA ADULTOS E CRIANÇAS MAIORES DE 3 ANOS COMPOSTO POR MICRORGANISMOS VIVOS CONTENDO DE 4 A 6 CEPAS PROBIÓTICAS COM NO MÍNIMO 109 UFC DE CADA CEPA EM SACHE DE ATÉ 2 GRAMAS. REFERÊNCIA: SIMFORT
44	129280	250	UNIDADE	FÓRMULA MODIFICADA PARA USO ORAL/ENTERAL, LÍQUIDA, HIPERCALÓRICA, HIPERPROTEICA, ESPECÍFICA PARA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS POR PRESSÃO, COM ARGININA, ALTO TEOR DE ZINCO, SELÊNIO, VITAMINAS A, E e C. SISTEMA ABERTO 200 ML. REFERÊNCIA: CUBITAN, PROLINE
45	134663	300	LATA	MÓDULO DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO, 100% PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, PARA SUPLEMENTAÇÃO ORAL/ENTERAL SEM SABOR. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G. REFERÊNCIA: NUTREN JUST PROTEIN, FRESUBIN PROTEIN, PROTEIN PT WHEY.
46	138415	500	BOLSA / FRASCO	FÓRMULA PADRÃO PARA USO ENTERAL, NORMOCALÓRICA E NORMOPROTEICA, COK ÔMEGA 3. SEM GLÚTEN, SEM FIBRAS E CLINICAMENTE ISENTA DE LACTOSE. SISTEMA FECHADO COM ADAPTADOR DE CONEXÃO, 500ML. REFERÊNCIA: FRESBIN ORIGINAL

21. LEVANTAMENTO DE MERCADO

No processo de contratação para aquisição de leites especiais, visando atender às necessidades da Secretaria de Saúde de Morrinhos, foram analisadas as seguintes principais soluções de contratação entre fornecedores e órgãos públicos:

- a) Contratação direta com o fornecedor: nesta modalidade, ocorre a aquisição de bens diretamente de um fornecedor específico, selecionado com base em critérios como preço, qualidade do produto e capacidade de atendimento às necessidades especificadas no termo de referência.
- b) Contratação através de terceirização: a gestão de compra de ração e medicamentos é realizada por uma empresa terceirizada, responsável por toda a logística desde a aquisição até a entrega dos produtos no canil municipal, assegurando conformidade com os padrões e prazos requisitados



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- c) Formas alternativas de contratação: incluem a utilização de atas de registro de preços de outros órgãos públicos, aderindo a contratos já estabelecidos ou utilizando sistemas de compras coletivas entre várias entidades públicas para alcançar melhores preços e condições.

21.1. O preço tem como referência a ferramenta Banco de Preços, e pesquisas de contratações semelhantes de empresas para o fornecimento dos produtos, concretizadas por outros órgãos e/ou entidades, com o objetivo de identificar a possibilidade de novas metodologias, tecnologias ou inovações, que melhor atendam às necessidades da administração e aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

Entretanto, evidencia-se que esse tipo de contratação, para aquisição dos objetos ocorrerá de forma abundante e difusa, sendo então uma contratação comum, em todas as esferas públicas.

Para esse tipo de aquisição existe um grande número de fornecedores disponíveis no mercado.

21.2. De fato, que, o quantitativo apresentado, os quais tomam o objeto deste estudo, decorre de pesquisas e investigações realizados pelo Departamento de Planejamento em Compras da Secretaria de Saúde, cujo a contratação de empresa para o fornecimento dos objetos, será ofertada mediante Processo Licitatório, visando o maior número de participantes, o que proporcionará ampla disputa em harmonia ao que preconiza a norma de licitação e os acórdãos do TCU, que dispensam transcrição.

21.3. Após a avaliação das opções, a solução mais adequada para atender às necessidades dessa contratação parece ser através de contratação direta com o fornecedor, utilizando a modalidade de Pregão Eletrônico. Esta modalidade poderá garantir uma maior competitividade entre os fornecedores, com possibilidade de obtenção de preços mais baixos e condições de pagamento favoráveis, aliado ao atendimento das especificações técnicas e qualitativas exigidas pela Secretarias. A



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

adoção de sistema de registro de preços não se aplicará neste caso, conforme decisão administrativa.

- 21.4. A opção pela contratação direta via Pregão Eletrônico justifica-se pela natureza do objeto e pela quantidade demandada, garantindo transparência e obtenção do menor preço. Além disso, o Pregão Eletrônico possibilita uma maior abrangência de participantes e agilidade na contratação, fatores importantes para o atendimento das demandas do município de Morrinhos Goiás.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

22. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- a) Os orçamentos realizados para esta contratação correspondem à média total cotada de R\$ 2.532.021,90 (Dois milhões, quinhentos e trinta e dois mil, vinte e um reais e noventa centavos.); sendo que os valores unitários referenciais estão apontados no processo.

VALORES MÉDIOS							
ITEM	PRODUTO	QTDE	VL. UN. MINIMO	VL. UN.	VARIACAO	UNITARIO	TOTAL
1	FORMULA INFANTIL A BASE DE	500,00	44,06	97,46	121 %	70,76	R\$ 35.380,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			44,06			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			97,46			
2	FORMULA PARA LACTENTES QUE	500,00	38,49	73,60	91 %	57,06	R\$ 28.531,65
EMPRESA				PROPOSTA			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			73,60			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			38,49			
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			59,10			
3	FORMULA INFANTIL PARA	400,00	30,72	123,99	304 %	77,36	R\$ 30.942,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			123,99			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			30,72			
4	ALIM. DE LACTENTES E CRIANÇAS	1000,00	141,64	170,25	20 %	155,94	R\$ 155.945,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			170,25			
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			141,64			
5	FORMULA INFANTIL	500,00	138,68	170,25	23 %	154,46	R\$ 77.232,50
EMPRESA				PROPOSTA			
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			138,68			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			170,25			
6	FORMULA INFANTIL PARA	500,00	158,95	402,50	153 %	290,12	R\$ 145.061,65
EMPRESA				PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			158,95			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			402,50			
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			308,92			
7	FORMULA ALIMENTAR DE	500,00	187,12	376,86	101 %	281,99	R\$ 140.995,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			376,86			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			187,12			
8	ALIMENTO A BASE DE	500,00	171,05	230,02	34 %	200,54	R\$ 100.267,50
EMPRESA				PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			171,05			
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			230,02			
9	MISTURA PARA PREPARO DE	150,00	196,62	332,10	69 %	264,36	R\$ 39.654,00
EMPRESA				PROPOSTA			



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			332,10				
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			196,62				
10	FORMULA INFANTIL DE NUTRIÇÃO	1000,00	84,34	84,34	0 %	84,34		R\$ 84.340,00
	EMPRESA			PROPOSTA				
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			84,34				
11	DIETA ENTERAL/ORAL	1000,00	148,05	165,80	12 %	156,92		R\$ 156.925,00
	EMPRESA			PROPOSTA				
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			148,05				
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			165,80				
12	FORMULA INFANTIL PARA	800,00	84,00	119,60	42 %	101,80		R\$ 81.440,00
	EMPRESA			PROPOSTA				
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			119,60				
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			84,00				
13	FORMULA INFANTIL PARA	900,00	68,42	120,00	75 %	90,81		R\$ 81.725,94
	EMPRESA			PROPOSTA				
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			120,00				
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			84,00				
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			68,42				
15	FORMULA INFANTIL EM PO PARA	400,00	97,61	97,61	0 %	97,61		R\$ 39.044,00
	EMPRESA			PROPOSTA				
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			97,61				
16	ALIMENTO PARA NUTRIÇÃO ORAL,	800,00	60,86	76,90	26 %	68,88		R\$ 55.104,00
	EMPRESA			PROPOSTA				
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			76,90				
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			60,86				
17	SUPLEMENTO EM PO,	800,00	71,00	246,20	247 %	145,00		R\$ 115.998,40
	EMPRESA			PROPOSTA				
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			190,13				
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			85,22				
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			132,44				
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			246,20				
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			71,00				
18	FORMULA DE DIETA ENTERAL	800,00	76,50	76,50	0 %	76,50		R\$ 61.200,00
	EMPRESA			PROPOSTA				
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			76,50				
19	FORMULA DE DIETA ENTERAL EM PO	450,00	43,00	298,77	595 %	170,88		R\$ 76.898,25
	EMPRESA			PROPOSTA				
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			43,00				
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			298,77				
20	DIETA ORAL E ENTERAL EM PO,	750,00	76,78	122,36	59 %	97,48		R\$ 73.110,00
	EMPRESA			PROPOSTA				
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			76,78				
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			122,36				
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			93,30				
21	FORMULA NUTRICIONALMENTE	750,00	17,30	19,30	12 %	18,30		R\$ 13.725,00
	EMPRESA			PROPOSTA				



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			19,30			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			17,30			
22	FÓRMULA PARA USO ORAL ENTERAL	1000,00	29,00	33,90	17 %	31,45	R\$ 31.450,00
	EMPRESA			PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			29,00			
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			33,90			
23	DIETA ENTERAL HIPERCALÓRICA E	1000,00	37,02	50,60	37 %	43,81	R\$ 43.810,00
	EMPRESA			PROPOSTA			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLÍNICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			50,60			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			37,02			
24	SUPLEMENTO EM PO,	500,00	29,27	91,22	212 %	48,55	R\$ 24.273,75
	EMPRESA			PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			29,27			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			91,22			
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			36,90			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLÍNICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			36,80			
25	FÓRMULA MODIFICADA ESPECÍFICA	250,00	17,08	34,50	102 %	27,49	R\$ 6.873,32
	EMPRESA			PROPOSTA			
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			30,90			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			17,08			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLÍNICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			34,50			
26	FÓRMULA MODIFICADA PARA	250,00	21,79	109,87	404 %	60,69	R\$ 15.172,50
	EMPRESA			PROPOSTA			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLÍNICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			69,00			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			109,87			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			21,79			
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			42,10			
27	EMULSÃO LIPÍDICA 100%	200,00	24,50	26,72	9 %	25,61	R\$ 5.122,00
	EMPRESA			PROPOSTA			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLÍNICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			24,50			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			26,72			
28	DIETA DE USO ORAL 2.0 KCAL	200,00	25,74	126,07	390 %	61,83	R\$ 12.365,32
	EMPRESA			PROPOSTA			
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			25,74			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			33,67			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			126,07			
29	FÓRMULA ENTERAL PADRÃO SEM	1000,00	60,95	79,87	31 %	70,41	R\$ 70.410,00
	EMPRESA			PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			60,95			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			79,87			
30	DIETA ENTERAL POLIMÉRICA	500,00	29,93	87,22	191 %	58,58	R\$ 29.287,50
	EMPRESA			PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			29,93			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			87,22			
31	FÓRMULA NUTRICIONALMENTE	1000,00	34,77	89,76	158 %	62,26	R\$ 62.265,00
	EMPRESA			PROPOSTA			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			89,76			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			34,77			
32	FÓRMULA ENTERAL PADRÃO COM	800,00	39,87	39,87	0 %	39,87	R\$ 31.896,00
	EMPRESA			PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			39,87			
33	FÓRMULA ENTERAL	550,00	149,88	149,88	0 %	149,88	R\$ 82.434,00
	EMPRESA			PROPOSTA			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			149,88			
34	FÓRMULA ENTERAL HIPERCALÓRICA	1000,00	41,03	119,87	192 %	80,47	R\$ 80.466,60
	EMPRESA			PROPOSTA			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			119,87			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLÍNICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			80,50			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			41,03			
35	FÓRMULA ENTERAL ESPECÍFICA	1000,00	44,67	160,98	260 %	106,88	R\$ 106.883,30
	EMPRESA			PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			44,67			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLÍNICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			115,00			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			160,98			



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

36	DIETA DE USO ENTERAL 2.0 KCAL.	1000,00	47,03	126,07	168 %	86,55	R\$ 86.550,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			126,07			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			47,03			
37	FORMULA MODIFICADA PARA USO	800,00	51,89	55,30	7 %	53,60	R\$ 42.876,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			51,89			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			55,30			
38	MODULO DE MALTODEXTRINA, DE	200,00	34,70	78,96	128 %	56,13	R\$ 11.226,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			78,96			
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			34,70			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			54,73			
39	MODULO DE CARBOIDRATO PARA	150,00	53,60	103,10	92 %	81,37	R\$ 12.205,12
EMPRESA				PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			103,10			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			72,00			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			96,77			
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			53,60			
40	MODULO DE FIBRAS SOLUVEIS E	150,00	53,45	199,87	274 %	110,74	R\$ 16.611,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			199,87			
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			53,45			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			94,64			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			95,00			
41	MODULO DE GLUTAMINA, FORMULA	200,00	58,88	78,50	33 %	68,69	R\$ 13.738,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			58,88			
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			78,50			
42	MIX DE ENZIMAS DIGESTIVAS	1000,00	6,20	7,85	27 %	6,84	R\$ 6.836,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			6,46			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			6,20			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			7,85			
43	MODULO DE PROBIOTICOS.	1000,00	4,08	6,90	69 %	5,49	R\$ 5.490,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			6,90			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			4,08			
44	FORMULA ENTERAL ESPECIFICA	250,00	26,24	27,90	6 %	27,07	R\$ 6.767,50
EMPRESA				PROPOSTA			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			27,90			
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			26,24			
45	SUPLEMENTO ALIMENTAR QUE	300,00	138,68	152,12	10 %	145,40	R\$ 43.620,00
EMPRESA				PROPOSTA			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			152,12			
	SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA			138,68			
46	FORMULA PADRAO PARA USO	500,00	37,30	320,98	761 %	179,74	R\$ 89.872,50
EMPRESA				PROPOSTA			
	VIA NUT NUTRIÇÃO CLINICA E PRODUTOS HOSP LTDA-EPP			207,00			
	NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			37,30			
	BENENUTRI COMERCIAL LTDA 20.720.905/0002-24			320,98			
	INNOVAR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			153,70			
TOTAL GERAL							R\$ 2.632.021,91

23. SOLUÇÃO COMO UM TODO

a) As vantagens da contratação somam:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Dispõe a CF (Constituição Federal) em seu art. 37, inciso XXI, que ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, compras e alienações serão contratados mediante processo licitatório;

- b)** O processo de licitação assegura aos concorrentes igualdade de condições.
- c)** Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Pregão Eletrônico, e ainda, mais vantajosa pelo SRP – Sistema de Registro de Preços, com o julgamento de menor preço por item. O material deverá ser entregue com validade de 90 dias, como roga a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 do Código de Defesa do Consumidor, ou o do fabricante, caso esse prazo seja maior, e deverá vir especificado na embalagem do produto ou em documento fornecido pelo mesmo quando, numa excepcionalidade, a embalagem não constar tal informação. Isso somente se aplica caso o material ofertado tenha prazo de validade determinado pelo fabricante.
- d)** A aquisição visa o atendimento em tratamento contínuo pelo os pacientes pelo o Município de Morrinhos, sendo importante suprir a demanda, desta forma pensando em um melhor atendimento e funcionamento dos serviços prestados à população.
- e)** Conforme determinado pela Lei 14.133 de abril de 2021, a descrição da solução integral é desenvolvida para garantir que o objeto da contratação seja a solução mais adequada disponível no mercado, considerando as necessidades e os objetivos específicos da Secretaria de Municipal de saúde da Prefeitura Municipal de Morrinhos, Goiás. O objetivo é suprir as demandas do municipal com relação à aquisição de leites especiais.
- f)** A solução completa proposta para atender à necessidade apresentada pela área requisitante inclui a entrega dos leites especiais de qualidade reconhecida e comprovada, propícios à dieta atendidos no município. Além disso, será providenciado todo o suporte necessário para um adequado armazenamento e gestão do estoque destes produtos, com o intuito de preservar sua integridade e eficácia até o momento do uso.
- g)** Destaca-se a importância de um acompanhamento contínuo por parte de profissionais qualificados da área da nutrição, previstos na contratação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

assegurando que o uso dos produtos esteja alinhado às melhores práticas e às diretrizes estabelecidas pela Secretarias.

- h)** A escolha dos itens especificados e a quantidade de leites especiais foram baseadas em um levantamento criterioso e na análise de mercado realizada, de modo a usar como referência produtos com boa aceitação no setor e fornecedores reconhecidos pela qualidade. O levantamento considerou a média de consumo, traduzindo-se em um pacote que engloba produtos alinhados ao que há de mais eficiente e adequado em termos nutricionais e de cuidados.
- i)** A fundamentação nos princípios e disposições da Lei 14.133 garante que a contratação projetada seja realizada de forma isonômica e competitiva, além de proporcionar à Administração Pública a seleção da proposta mais vantajosa. A solução contemplada neste ETP atende ao princípio da economicidade, pois maximiza os resultados obtidos com os recursos disponíveis, e ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, uma vez que estimula práticas saudáveis e sustentáveis de cuidado com a população.
- j)** Em consonância com o artigo 18 da Lei 14.133, as providências adotadas visam obtenção da melhor solução não apenas no aspecto imediato, mas considerando o ciclo de vida total do objeto contratado, o que inclui, além do fornecimento dos insumos, a minimização de desperdícios e a garantia de atendimento continuado às necessidades apresentadas pelo canil municipal.
- k)** Alinhando-se ao artigo 23, foi realizada uma estimativa do valor da contratação compatível com os valores praticados no mercado e as quantidades a serem contratadas, observando-se a potencial economia de escala e as peculiaridades locais.
- l)** Desta maneira, justifica-se plenamente que a solução proposta no ETP é a mais adequada, funcional e vantajosa existente no mercado para atender as necessidades específicas do Centro de Proteção Animal e Centro de Acolhimento Animal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

24. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

- a)** De acordo com o Art. 15 da Lei 14.133, de abril de 2021, a participação de empresas em consórcios em licitações é permitida, porém, esta modalidade precisa ser observada com cautela, visto que pode acarretar complexidades adicionais tanto na fase de licitação quanto na de execução contratual. Neste caso específico, a aquisição de leites especiais demanda um fornecimento contínuo e eficiente, no qual a figura de um consórcio pode não ser a mais adequada.
- b)** A participação de consórcios poderia possibilitar o acesso a uma maior capacidade técnica e econômica, contudo é preciso atentar para o fato de que o envolvimento de múltiplas empresas pode dificultar a gestão do contrato e comprometer a agilidade necessária para atender as necessidades do Municipal, que podem variar de acordo com circunstâncias imprevistas, como a oscilação na quantidade de pacientes atendidos e as urgências.
- c)** Além disso, conforme o § 1º do Art. 15 e o Art. 33 da Lei 14.133, a Administração Pública deve buscar reduzir os riscos de execução contratual e assegurar a efetividade do contrato, algo que se torna mais complexo no âmbito de atuação de consórcios, pela necessidade de se administrar múltiplas relações jurídicas simultaneamente e pela diluição da responsabilidade entre os consorciados.
- d)** Para este caso, o posicionamento contra a participação de empresas sob a forma de consórcio tem como fundamento a intenção de promover maior eficiência administrativa, simplificação da gestão do contrato e diminuição dos riscos associados à execução contratual, conforme previsões nos Art. 5º, Art. 7º e Art. 11 da referida Lei, que reforçam os princípios da eficiência, eficácia e segurança jurídica necessários para satisfazer o interesse público envolvido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- e) Vale destacar que a Lei 14.133 não traz em seu escopo uma vedação expressa quanto à participação de consórcios; a posição adotada neste Estudo Técnico Preliminar fundamenta-se na análise das particularidades da contratação em questão e na busca pelo alinhamento estratégico com os objetivos da Administração Pública, em conformidade com o Art. 26 e a necessidade de assegurar um tratamento isonômico aos licitantes, sem prejuízo à agilidade e qualidade das aquisições.

25. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- a) De acordo com o artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei 14.133/2021, o princípio do parcelamento das contratações públicas é determinante quando a divisão do objeto em lotes for tecnicamente viável e economicamente vantajosa. No contexto em questão, referente à aquisição de leites especiais, a aplicação deste princípio é justificada pela busca de competitividade e acesso a condições financeiramente mais favoráveis para a Administração Pública.
- b) Além disso, a possibilidade de parcelamento do objeto em lotes, prevista no parágrafo 2º do artigo 40, considera:
- c) A viabilidade técnica da separação dos itens, mantendo sua funcionalidade e garantindo a qualidade necessária para suprir adequadamente as necessidades dos animais atendidos pelo canil.
- d) A oportunidade de ampliação da competição, permitindo a participação de um maior número de fornecedores no certame, especializados em itens distintos - como a ração e os diferentes tipos de medicamentos necessários.
- e) Contemplar fornecedores com capacidades e ofertas distintas para cada tipo de produto, contribuindo assim para a obtenção de melhores preços e condições, em conformidade com o princípio da economicidade (art. 5º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- f) Os benefícios do parcelamento vão ao encontro dos objetivos da nova Lei de Licitações (art. 11), que incluem a obtenção da contratação mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo a justa competição e evitando sobrepreço. Ademais, o parcelamento apoia o planejamento estratégico do Fundo Municipal de Saúde, coerente com a governança e eficiência na gestão de recursos públicos.

26. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- a) Não há, Dado o contexto e a natureza da contratação, a categoria de "Contratações Correlatas e/ou Interdependentes" não se aplica. A aquisição leites especiais atende de maneira completa e eficiente às necessidades do Fundo Municipal de Saúde, garantindo a saúde e bem-estar da população sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

27. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- a) Melhor atendimento na saúde pública e na assistência social na cidade de Morrinhos-GO.

28. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- 28.1. Considerando os objetivos do processo de aquisição de leites especiais para atender às necessidades do Hospital Municipal e a distribuição gratuita pela a Secretaria de Saúde, será necessário adotar as seguintes providências detalhadas:

- a) Análise da logística para entrega dos produtos adquiridos, garantindo que haja uma distribuição eficiente até local de entrega, localizado na cidade de Morrinhos – GO
- b) Definição dos critérios de aceitação dos produtos, avaliando a qualidade e as especificações técnicas das rações e medicamentos recebidos.
- c) Desenvolvimento e implementação de um sistema apropriado para o gerenciamento de estoques que permita o controle efetivo das quantidades de leites especiais, evitando a expiração de produtos ou falta de suprimentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- d) Capacitação dos servidores municipais envolvidos no processo de recebimento, armazenamento e distribuição.
- e) Preparação do local de armazenamento para assegurar condições adequadas de acondicionamento dos produtos, evitando contaminação, deterioração e perda de eficácia.
- f) Realização de inspeções periódicas para verificar a conformidade dos produtos estocados com os padrões estabelecidos e identificar possíveis desvios ou necessidades de ações corretivas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

29. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- a) Considerando a relevância da sustentabilidade nas aquisições promovidas pela Administração Pública, conforme diretrizes da Lei 14.133/2021, sobretudo no que tange ao Art. 5º, inciso do desenvolvimento nacional sustentável, e o Art. 12, inciso XII, que menciona o alinhamento da contratação ao planejamento estratégico da entidade e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias, percebe-se a necessidade de destacar a importância de adotar práticas que minimizem eventuais efeitos adversos que possam advir da execução contratual relacionada à aquisição de ração e medicamentos com vistas a contribuir para o bem-estar animal e a não degradação do ambiente.
- b) Dentro desse escopo, medidas mitigadoras são consideradas imperativas para garantir a conformidade com o princípio da eficiência e maximizar os resultados positivos da contratação. Não obstante à vedação de citar os possíveis impactos, é pertinente mencionar práticas como:
- Seleção de fornecedores que comprovem a adoção de práticas sustentáveis na produção e no fornecimento dos itens a serem contratados.
 - Planejamento de logística para a entrega dos produtos que minimize emissões de poluentes.
 - Utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, sempre que possível, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável.
 - Adoção de um sistema de gestão de resíduos sólidos para as embalagens e medicamentos que não estejam mais em condições de uso, em acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
- c) Assim, através das medidas mitigadoras sugeridas, a Administração assegura a observância dos preceitos da Lei 14.133/2021, consolidando uma contratação que reflete a responsabilidade ambiental e social e que promove uma efetiva contribuição para um desenvolvimento sustentável, garantindo ainda a eficácia da contratação no que tange ao atendimento das necessidades da secretaria de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

30. DA VIABILIDADE

- a) Dados os fatos aqui apresentados, esta secretaria declara viável a contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Morrinhos - GO, datado digitalmente.

ELABORADO POR:

DANIELA NOVAES CLAUDINO

= AGENTE ADMINISTRATIVO =

(Matrícula - 4013239)

PAULA TAYNNARA ALVES BATISTA

= NUTRICIONISTA =

(Matrícula - 8058)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

MAPA DE RISCOS Nº 27/2024 ANEXO I – A - ETP

PROCESSO: 2024020798

OBJETO:

Contratação de empresa para fornecimento de leites especiais e suplementos alimentares que serão utilizados na manutenção do hospital municipal de saúde e distribuição gratuita na farmácia básica por um período de 12 (doze) meses.

ANÁLISE DE RISCOS

1. Apresenta-se a análise de riscos referente às fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão e fiscalização do contrato, de acordo com os termos estabelecidos na IN SEGES nº 5/2017, Seção III.
2. A partir da identificação dos riscos e da respectiva probabilidade de ocorrência e impacto, é possível definir a resposta aos riscos – reduzir, evitar, aceitar ou compartilhar - e estabelecer estratégias para cada situação.
3. A classificação qualitativa dos riscos foi realizada em termos de probabilidade de ocorrência e potencial impacto. Para tanto, foram utilizadas as seguintes escalas.

Quadro 1: Escala de probabilidade

Descrição	Frequência
Muito baixo	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo
Baixo	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte de gestores e operadores do processo.
Médio	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido
Alta	Evento usual, corriqueiro. Devido a sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte de gestores e operadores do processo.
Muito Alta	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidentes mesmo para os que conhecem pouco o processo.

Quadro 2: Escala de impacto



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Descrição	Frequência
Muito baixo	Não afeta os objetivos
Baixo	Torna duvidoso seu atingimento
Médio	Torna incerto
Alto	Torna improvável
Muito Alto	Capaz de impedir alcance

Quadro 3: Fase de Análise:	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	Gestão do Contrato

Estudo técnico Preliminar

Risco 1: Risco Financeiro

Probabilidade: baixo
Impacto: Alto

Descrição: Apesar de estar previsto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, existe a possibilidade de ocorrerem despesas imprevistas ou variações nos custos durante a execução do contrato, como aumento nos preços dos serviços, taxas adicionais ou necessidade de investimentos extras em infraestrutura. Isso pode impactar negativamente o equilíbrio financeiro do fundo e exigir realocações de recursos, comprometendo outras áreas de atuação da saúde municipal.

Risco 2: Atraso na entrega dos produtos

Probabilidade: Média
Impacto: Alto

Descrição: Atrasos podem comprometer a distribuição dos produtos na farmácia básica e a manutenção do hospital, afetando pacientes que dependem desses itens.

Risco 3: Falta de qualidade nos produtos fornecidos

Probabilidade: Baixa
Impacto: Alto

Descrição: Fornecimento de produtos de qualidade inferior pode causar problemas de saúde aos pacientes e prejuízos ao município.

Risco 4: Problemas de conformidade contratual

Probabilidade: Média



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Impacto: Média

Descrição: A empresa pode não cumprir integralmente os termos do contrato, como a entrega de quantidades e especificações corretas, exigindo ação corretiva ou rescisão contratual.

Risco 5: Mudanças no mercado ou aumento de preços dos produtos

Probabilidade: Alto

Impacto: Médio

Descrição: Oscilações no mercado podem causar aumento dos custos, levando à necessidade de ajustes no orçamento ou renegociação contratual.

Risco 6: Descontinuação de produtos

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Descrição: Se algum produto for descontinuado pelo fornecedor, pode haver dificuldade em substituir por alternativas de igual qualidade, afetando o tratamento dos pacientes.

Risco 7: Problemas financeiros da empresa contratada

Probabilidade: Baixo

Impacto: Alto

Descrição: Se a empresa enfrentar dificuldades financeiras, isso pode afetar sua capacidade de fornecer os produtos, causando interrupções nos serviços.

Risco 8: Questões legais ou de compliance

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alta

Descrição: A falta de gerenciamento adequado dos resíduos hospitalares pode levar a reclamações de pacientes, funcionários e membros da comunidade, resultando em litígios e processos judiciais contra o Fundo Municipal de Saúde.

Risco 9: Insatisfação dos pacientes ou usuários

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Descrição: Insatisfação devido à falta de produtos, qualidade inadequada ou atendimento deficiente pode gerar queixas, impactando a reputação do hospital e do serviço de farmácia básica.

Risco 10: Falta de monitoramento e avaliação dos contratos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Descrição: Ausência de supervisão contínua pode levar a descumprimentos contratuais não detectados, impactando negativamente os serviços prestados.

Risco 11: Falta de comunicação entre o hospital, farmácia e fornecedor

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Descrição: Problemas de comunicação podem resultar em falta de coordenação e atrasos na entrega dos produtos necessários.

Risco 12: Dependência de um único fornecedor

Probabilidade: Alta

Impacto: Alto

Descrição: Se o contrato depender exclusivamente de um único fornecedor, qualquer problema com essa empresa pode causar interrupções significativas.

Risco 13: Problemas logísticos na distribuição

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Descrição: Dificuldades no transporte e na logística podem afetar a entrega oportuna dos produtos, principalmente em áreas remotas.

Risco 14: Falta de treinamento ou capacitação dos profissionais de saúde

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Descrição: Se os profissionais não estiverem bem informados sobre o uso dos produtos fornecidos, pode haver má utilização, desperdício ou efeitos adversos para os pacientes.

Risco 15: Reputação negativa do fornecedor

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Descrição: Se o fornecedor tiver um histórico de problemas, sua reputação pode impactar a percepção pública sobre o serviço prestado pelo hospital e farmácia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Risco 16: Dificuldade em ajustar o contrato às necessidades reais

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Descrição: Se as quantidades ou tipos de produtos fornecidos não puderem ser ajustados conforme as necessidades ao longo do contrato, pode haver desperdício ou falta de produtos.

Risco 17: Riscos ambientais associados ao descarte de embalagens

Probabilidade: Baixo

Impacto: Médio

Descrição: A gestão inadequada do descarte de embalagens e resíduos dos produtos pode causar impactos ambientais negativos e sanções ao hospital.

Risco 18: Interrupção de fornecimento por greves ou manifestações

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Descrição: Greves ou manifestações tanto do fornecedor quanto dos transportadores podem causar interrupções temporárias na entrega dos produtos.

Ação (ões) Preventiva (s):

Ampla divulgação e publicidade da licitação

Responsável: Departamento de licitação

Ação (ões) Contingência (s):

Realizar dispensa emergencial nos termos do inciso VII do art. 75 da lei nº 14.3133/2021, considerando caracterizar urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, e com intuito de aquisição/contratação a concluir novo certame.

- Responsável: Departamento de Licitação

Responsáveis pela elaboração do Mapa de Riscos:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa o gerenciamento de riscos da presente contratação e que o mesmo traz os



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

conteúdos previstos na instrução normativa SEGES/MP nº 5/2017, conforme modelo constante no anexo IV e no decreto nº 508 de junho 2022.

Morrinhos- GO, datado digitalmente.

PAULA TAYNNARA ALVES BATISTA
= *NUTRICIONISTA* =
= *Fiscal Técnico* =

OBS...: Os documentos constantes na fase preparatória do processo encontram-se assinados pelos responsáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ANEXO II
TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO

BANCO NACIONAL DE COMPRAS - BNC
INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
CNPJ:	() ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de Nasc.:
Responsável Financeiro:	Telefone:
E-mail Financeiro:	
E-mail () no qual gostaria de receber informativo de editais.	
Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais	

***o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa**

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras “BNC”, do qual declarater pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- a) Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- b) Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- c) Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras “BNC”, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- d) Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

4. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.

5. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negóciosem andamento.

Local e data:

Representante Legal

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ANEXO III

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA
FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

PARA FORNECEDORES:

A BNC – Bolsa Nacional de Compras fornece um sistema operacional “robusto”, que a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital.

Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e escolha de cada participante.

O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada.

Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta a seguintes planos de pagamento:

PLANO DE ADESÃO	A:	R\$ 98,10 única participação por edital.
PLANO DE ADESÃO	B:	R\$ 153,00 mensal
PLANO DE ADESÃO	C:	R\$ 432,00 trimestral

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

Plano de Adesão A, esse plano é exclusivamente para uma única participação.

Plano de Adesão B, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.

Plano de Adesão C, o respectivo contrato é trimestral a contar da data da sua contratação.

O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de compra e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Para o plano de adesão B e C, ao término do contrato o fornecedor poderá optar pela renovação e/ou outro plano.

Para o plano de adesão A, após a fase de disputa, a cobrança é gerada com vencimento para o próximo dia útil.

A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail: financeiro@bnc.org.br. A liberação irá ocorrer em até 24 horas.

Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

Local e data:

Representante Legal (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
MORRINHOS – GO, E
.....

O Município de Morrinhos, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob o nº 11.870.726/0001-00, com sede na Rua 214, s/nº, Praça Nego Romano, Setor Aeroporto, nesta cidade, neste ato representado por seu Gestor, Paulo Garcia de Freitas, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da C.I. nº 4516921 – SPTC-GO e do CPF(MF) nº 704.552.521-49, residente e domiciliado em Morrinhos, Goiás, na Rua Tiradentes, nº 269, Centro.

e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 2024020798 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 86/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e nas quantidades abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (DOZE) meses contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS
(art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor da contratação é de R\$ ----- (-----), perfazendo o valor total de R\$ ----- (-----).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I deste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP – M (Índice Geral de Preços do Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

Quando não for possível a verificação da regularidade na Certidão de Registro Cadastral de Morrinhos/GO - CRC, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

(1) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

(2) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Nacional de Empresas Unidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- -----

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO

A gestão do contrato será feita pela servidora – **DANIELA NOVAES CLAUDINO** – AGENTE ADMINISTRATIVO - (MATRÍCULA - 4013239)

A fiscalização será exercida pelos seguintes servidores:

– Fiscal Técnico e Setorial – **PAULA TAYNNARA ALVES BATISTA** – NUTRICIONISTA (Matrícula8058)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Morrinhos – GO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Morrinhos, ----- de ----- de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

PAULO GARCIA DE FREITAS.

Secretário Municipal de Saúde.

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª) _____
CPF Nº: _____

2ª) _____
CPF Nº: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2024

O Município de Morrinhos, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob o nº 11.870.726/0001-00, com sede na Rua 214, s/nº, Praça Nego Romano, Setor Aeroporto, nesta cidade, neste ato representado por seu Gestor, Paulo Garcia de Freitas, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da C.I. nº 4516921 – SPTC-GO e do CPF(MF) nº 704.552.521-49, residente e domiciliado em Morrinhos, Goiás, na Rua Tiradentes, nº 269, Centro.

Considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA Nº 86/2024, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º 2024020798, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 495, de 16 de maio de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR:

....., com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por seu, Sr(a).
....., residente em, portador da Carteira de Identidade nº, CPF nº

E-mail:

Telefone:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual e futura **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES**, para atender a Secretária de Saúde, especificados no item 1. do Termo de Referência, anexo I, do edital de Licitação nº 86/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	V Un	Prazo garantia ou validade

3. DO PAGAMENTO

3.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I deste edital.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1 O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde de Morrinhos - GO.

5. DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO

5.1 A gestão do contrato será feita pela servidora – **DANIELA NOVAES CLAUDINO – AGENTE ADMINISTRATIVO** - (MATRÍCULA - 4013239)

5.2 A fiscalização será exercida pelos seguintes servidores:

– Fiscal Técnico e Setorial – **PAULA TAYNNARA ALVES BATISTA – NUTRICIONISTA** (Matrícula - 8058)

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação conforme Decreto Municipal nº 495 de 16 de maio de 2024, art. 31.

6.2 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

6.2.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

6.2.2 demonstrações de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

6.2.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

6.3 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

6.3.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

Dos limites para as adesões

6.7 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.8 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.9 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 6.7.

6.10 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.11 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

7.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

7.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

7.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

7.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

7.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

7.5 O registro a que se refere o item 7.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

7.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.

7.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 7.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 7.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

7.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.7.

9.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

10.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

10.2.3 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 495, de 2024.

10.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

10.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 10.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

11.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

11.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 495, de 2024; ou

11.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.4.1 Por razão de interesse público;

11.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 495, de 2024.

12. DAS PENALIDADES

12.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

12.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto Municipal nº 495, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 495, de 2024).

12.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Morrinhos, ----- de ----- de 2024.

PAULO GARCIA DE FREITAS

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª) _____
CPF Nº:

2ª) _____
CPF Nº:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Anexo V-A
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificaçã o	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ANEXO VI

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE RESPONSABILIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2024

(Nome da Empresa): -----

CNPJ/MF Nº -----

Endereço Completo: -----

(RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ/MF sob nº (NÚMERO DO CNPJ), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), aqui representada por (NOME E QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL), para fins de participação no procedimento licitatório supramencionado, e em cumprimento a legislação e regulamentos vigentes, às quais se submete, declara sob as penas da Lei que:

1. Não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta do Município de Morrinhos - GO;
2. Não foi declarada inidônea em nenhuma esfera pelo Poder Público;
3. Não existe fato impeditivo à sua habilitação;
4. Não possui, entre os proprietários desta empresa, nenhum titular de mandato eletivo, nas esferas públicas, federal, estadual e municipal;
5. Não possui no quadro de funcionários menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
6. Que cumpre as normas relativas a saúde e a segurança do trabalho de seus empregados, excluindo no que se refere a este aspecto quaisquer responsabilidades do Município de Morrinhos;

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local -----, ---- de ----- de 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA)

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2024

OBJETO: -----

ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNIDADE	MARCA	V. UNIT	V TOTAL

Razão Social:

CNPJ:

Endereço correspondência:

E-mail:

Telefone:

Prazo de validade da proposta:

Banco: Agência: Conta Corrente:

Cidade: UF

Nome do representante legal responsável pela assinatura da Ata:

Nome completo:

RG:

CPF:

Data de nascimento:

Endereço de residência:

Cidade:

Profissão:

E-mail particular:

E-mail institucional:

Telefone:

Declaro que no preço acima mencionado está incluso lucro, transporte, (carga e descarga), impostos, taxas, encargos sociais e tributários.

Local -----, ----- de ----- de 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA)

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.

(O licitante deverá apresentar, em impresso próprio, declaração, devidamente datada, carimbada e assinada).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2024

Prezados Senhores,

A empresa (-----), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº (-----), com sede na cidade de (-----), estado de (-----), situado (-----), telefone (-----), por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a) (-----), portador(a) do documento de RG nº (-----) e CPF nº (-----), DECLARA, sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que é MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos de enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 86/2024, realizado pela Prefeitura do Município de Morrinhos - GO.

Local -----, ---- de ----- de 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA)

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.

(O licitante deverá apresentar, em impresso próprio, declaração, devidamente datada, carimbada e assinada).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ANEXO IX
MODELO DE DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

À
Prefeitura do Município de Morrinhos – GO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2024

As informações constantes abaixo deverão ser atualizadas, pois serão consideradas como documento integrante do processo licitatório. Tais dados deverão estar de acordo com os que integrarão à respectiva Nota Fiscal, para fins de faturamento.

Seu teor é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

.....
CNPJ.....INSC.ESTADUAL:INSC. MUNICIPAL

.....
TELEFONE: (...)

EMAIL:

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado, CEP).

QUEM ASSINARÁ O CONTRATO:

(Caso não tenha sido comprovado no processo licitatório poderes para assinatura do respectivo contrato, será necessário a apresentação de procuração com poderes específicos para assinar contratos).

NOME COMPLETO:

DATA DE NASCIMENTO:/...../.....

ESTADO CIVIL.....NACIONALIDADE:

EMAIL:

TELEFONE: (...)

CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA:

.....
RG (com órgão e estado emissor):CPF:

ENDEREÇO / DOMICÍLIO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):

.....

.....

.....